



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 39ª
(TRIGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 13 DE MAIO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 38ª Sessão Ordinária.

Nós temos, até este momento, quatro Parlamentares. Precisamos de seis Parlamentares para dar início aos Comunicados de Líderes.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

aguardar o *quorum* necessário para dar continuidade aos trabalhos. (Pausa.)

Com seis Parlamentares, continuamos a nossa sessão, sendo desnecessária a suspensão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

A Deputada Liliane Roriz pede para se manifestar nos próximos minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve também uma sessão do Deputado Alírio Neto. Então, meu tempo aí do G5 passa um pouquinho mais.

Sr. Presidente, eu vim aqui hoje para dizer que, de fato, o Distrito Federal começa a se mexer. E dias atrás, disseram que o G5, esse bloco liderado por três Deputados Distritais e mais dois outros partidos que não têm representação ainda na Câmara Legislativa, que o nosso objetivo era barganhar, Deputado Alírio Neto.

Eu fiquei nesse fim de semana acompanhando os festejos do Dia das Mães. Eu quero deixar aqui o abraço do G5 para todas as mães da Câmara Legislativa porque não tivemos o privilégio de abraçar todas.

Estive acompanhando e me surpreendi porque, na última quinta-feira ou sexta-feira, um partido importante também lançou um pré-candidato a senador, que ainda não se definiu, mas deve ser um candidato aí do ar condicionado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Nesse final de semana, também o PT tirou uma indicação dizendo que o Deputado Federal Geraldo Magela – havia dois nomes, Deputado Federal Geraldo Magela e Deputado Chico Vigilante – foi escolhido para ser o candidato do PT à vaga do Senado. Hoje eu estava acompanhando os jornais, lendo e tal, e dizem que tudo isso pode ser um balão de ensaio. Dizem que o candidato lançado pelo Partido dos Trabalhadores pode ser apenas um balão de ensaio.

Nós vamos fazer uma reunião do G5, que está bem adiantado na conversa, e quando o G5, Presidente, V.Exa. que está aí ouvindo bem, escolher – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. que é Líder do Governo e representante aqui nesta Casa, tem uma liderança imensa nesta Casa – seu candidato à vaga majoritária, ao Senado da República, que nós estamos querendo, não vai ter jeito de dizer que é balão de ensaio, não vai ter jeito de dizer que é para se barganhar alguma coisa, porque o G5 não vai para frente para voltar para trás não, ele só anda para a frente.

Nós vamos escolher o nosso candidato, nós vamos escolher, conversar, mostrar para Brasília e mostrar para cada canto desta cidade que o G5, que esse grupo liderado por esses três Parlamentares desta Casa e também por mais uma boa camada da sociedade, tem quase trezentos candidatos que representam todos os cantos do Distrito Federal. Todo canto do Distrito Federal tem uma voz, ou é uma voz feminina, ou é uma voz de uma liderança, que tem compromisso com o Distrito Federal e quer, sem dúvida nenhuma, nobre Deputada Arlete Sampaio, disputar e mostrar para Brasília e para o Brasil que tem o melhor candidato para representar o Brasil no Senado Federal.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Sem revisão do orador.) – Deputado Olair Francisco, V.Exa., como sempre, de forma brilhante, faz algumas colocações na nossa sessão. Quero aproveitar o momento e fazer algumas reflexões. Eu estive , acho que sexta-feira e sábado, na reunião da militância do PT, e até usei da palavra como representante do PEN. Lá eu deixei bem claro que, assim como ainda não haviam sido escolhidos os nomes, o pré-candidato deles poderia ser o Chico Leite como poderia ser o Magela, como poderia ser alguém do G5... O que, inclusive, eu deixei claro é que essa composição de uma coligação para eleger o Governo do Distrito Federal tem que ser uma composição de forma magnânima, que venha a satisfazer todos os partidos.

Se o PT tem os cargos majoritários e se deseja ter as vagas majoritárias para governador e para senador, ele terá, então, de alguma forma, para fazer a composição, de sacrificar as coligações para Deputado Federal e para Deputado Distrital. Isso sem dúvida é um grande dificultador interno dentro do próprio partido, na minha visão, porque sabemos que todos os partidos têm, inclusive nacionalmente, a intenção de eleger Deputados Federais, porque necessitam de votos para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

mandatos de Deputados Federais para terem direito ao Fundo Partidário e, inclusive, à definição de tempo de televisão.

Essa é uma decisão interna do PT. Se ele deseja realmente ter os cargos majoritários, nesse caso governador e senador – eu acho que governador é incontestável, já que seria a reeleição e o candidato a vice seria do PMDB –, obviamente, na mesa de negociação – nós não estamos retirando o nosso nome para o Senado, mas é um processo de negociação –, quando se chegar com esse nome, já ficará claro que eles, então, estão abrindo mão de uma coligação que venha viabilizar as candidaturas de federais e de distritais, vamos dizer assim.

Então, é algo a ser colocado, a ser pensado, porque não há sentido em se construir uma coalizão de partidos para eleger única e exclusivamente os candidatos do PT e do PMDB. Isso não tem sentido. Até por uma questão de sobrevivência de projetos partidários, nós do G5, por exemplo, não concordamos com isso e acredito que outros partidos também não irão concordar.

Então, esse é só o início do debate. E essa reunião do G5, que ocorrerá até o final do mês, para escolher o nome que seria o nosso pré-candidato ao Senado, ela sem dúvida nenhuma vai de alguma forma fornecer subsídio para chegarmos a um ponto final nessa decisão que será tomada pela coligação que apoia este governo.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Agradeço o aparte do Deputado Alírio Neto.

Deputado Alírio Neto, sem falar que às vezes as pessoas ficam tomando decisões e não começam a pensar o projeto liderado pelo PT e pelo PMDB em nível maior que governo e vice-governo, Deputada. Para V.Exa. ver, os jornais de hoje já estão dizendo que os partidos liderados pelos grupos evangélicos, que são cinco partidos, se não me engano, já estão querendo partir para um novo raciocínio de coligação. E eu já falei aqui desde o primeiro momento, que eu não entendo... Sr. Presidente, V.Exa. é o homem de mais experiência dentro desta Casa, foi Deputado Distrital, foi Deputado Federal, V.Exa. é um homem preparado de fato e sabe muito bem que ninguém pode dispensar o apoio de uma pessoa, muito menos de um partido. Imagina dispensar o apoio da maioria dos partidos dessa coligação, pisar no pé dos evangélicos, dar um chute no G5. Quando pensar que não, vai ficar só. Aí, será tarde. Aí, não vai ganhar eleição. Tem que pensar, tem que ouvir, tem que conversar.

Presidente, isso é importantíssimo, porque é a sobrevivência dessa coligação, da qual V.Exa. faz parte.

Não quero assustar aqui os dois grandes partidos, o PT e o PMDB, mas eu quero prevenir que é melhor conversar, senão depois podem ter notícia com a qual não vão ficar satisfeitos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado. Oito minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar na tarde de hoje – e volto a esta tribuna com muita tristeza – de dois fatos ocorridos nos últimos dias.

Primeiro, esse fato criminoso acontecido lá na minha cidade, Ceilândia, quando um elemento de 21 anos de idade – aí, não há que se falar que é menor, porque tem 21 anos – chegou ao requinte da crueldade de, para cobrar R\$600,00 (seiscentos reais), Deputado Alírio Neto – V.Exa. é delegado –, pegar duas crianças indefesas, inocentes – como dizia minha mãe, dois anjinhos –, colocar uma em um cômodo e a outra em outro cômodo da casa, imobilizar essas crianças, amarrar essas crianças e tocar fogo nos cômodos da casa, deixar lá as crianças ardendo nas chamas e ainda sair e cumprimentar a mãe das crianças, que tinha ido ao mercado e estava voltando para casa.

Não há como classificar uma besta-fera dessas. Não dá para chamar de ser humano. É uma besta-fera. Não dá para continuarmos assistindo, cada vez mais, à escalada da violência neste País, com as leis frouxas que nós temos. A imprensa diz hoje que o bandido vai ter sessenta anos de cadeia. Vai ter coisa nenhuma! Daqui a nove anos, se tiver bom comportamento, vai estar nas ruas novamente buscando outras crianças para assassinar.

Portanto, Deputada Arlete Sampaio, eu sempre fui e vou continuar sendo contra a pena de morte, mas está na hora de discutirmos seriamente a implantação de prisão perpétua neste País. Um elemento desses, ao cometer um crime como esse, tinha que ter clareza de que ele jamais sairia da cadeia!

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, é muito importante a intervenção de V.Exa. hoje, principalmente se levarmos em consideração os aspectos técnicos dos próprios psiquiatras.

Nós sabemos que, segundo os psiquiatras, 4% da população sofre de patologias sociais, dentre elas a psicopatia. É conhecido no mundo acadêmico psiquiátrico que a psicopatia não tem cura. Então, quando se encontra um psicopata assassino – e muitos deles são assassinos em série –, nós sabemos que eles nunca serão curados.

No nosso País, não está prevista a pena de morte, a qual eu também tenho dúvida se deve ser aplicada, mas também não há a prisão perpétua. Mais cedo ou mais tarde, na forma da legislação atual – pela qual se cumpre no máximo trinta anos, e ainda existe o benefício de a pessoa, após cumprir um sexto da pena, poder progredir de regime e rapidamente estar no semiaberto –, nós vamos colocar para fora das prisões psicopatas assassinos em série.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Então, há uma falha na legislação, especialmente no aspecto técnico de que se reconhece que a psicopatia, principalmente no caso do homicida psicopata, é incurável. Por outro lado, obviamente acredito que todo ser humano mereça uma segunda chance, mas aqueles que são incuráveis e dotados, digamos assim, de um aspecto de maldade desse nível que nós vimos há pouco não há sentido serem colocados novamente no meio da sociedade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Deputado Alírio Neto, não tem como classificar isso. A sociedade está chocada. A cidade está de luto. Esse crime foi brutal! Esse crime é covarde! Esse assassino não merece nenhuma chance de voltar às ruas.

Por último, Sr. Presidente, eu peço mais um minuto a V.Exa. para fazer um apelo ao Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, ao Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal e ao Governador Agnelo Queiroz, para que deem uma chance a esses futuros profissionais da segurança pública que estão aqui nas galerias. São meninos e meninas que foram aprovados em concurso, que são excedentes e que querem a chance – são cerca de 150 – de ingressar na academia e fazer o curso para policial civil. Portanto, Governador Agnelo, Dr. Jorge Xavier e Secretário de Segurança, eu apelo a V.Exas. para que concedam essa oportunidade, porque esses homens e mulheres, esses meninos e meninas só querem trabalhar para o bem da segurança pública do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. Eu saí da reunião de Líderes e tive de passar em meu gabinete para pegar algo. Eu queria saber se V.Exa. tem condição de me conceder a fala como Líder do PDT.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, eu só pediria – podemos até acertar isso – que nós resumíssemos a fala de Parlamentares e Líderes em uma só, uma vez que até já alcançamos o *quorum* nesta tarde. Se V.Exa. puder nos auxiliar...

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra a Deputada Arlete Sampaio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, primeiro eu queria fazer um breve comentário quanto à fala do Deputado Olair Francisco. Só para que todos tenham a informação, na sexta-feira à noite e durante todo o sábado fizemos um encontro regional do Partido dos Trabalhadores, confirmamos o nome do nosso Governador Agnelo Queiroz para a reeleição e apontamos o nome do Deputado Federal Geraldo Magela como nosso candidato ao Senado.

Eu penso que esse debate não deveria ser feito nesta Casa, porque alguns Parlamentares que não compõem a nossa coligação não têm nada a ver com isso. Evidentemente, cabe aos partidos que fazem parte da aliança discutir, no âmbito das reuniões de todos os Deputados, todos os seus pleitos. Eu creio que esse é o local adequado para que se proceda a essa discussão.

Segundo, quero informar também que o Distrito Federal teve a honra e o orgulho de receber do Ministério da Educação o título, o selo de Território Livre do Analfabetismo. Essa é uma conquista que torna Brasília a primeira unidade federada nessa condição de Território Livre do Analfabetismo.

Eu penso que essa é uma grande vitória da população do Distrito Federal e demonstra cabalmente a possibilidade concreta de que voltemos a ter o melhor ensino público do País aqui em nossa Capital. Nesse sentido, quero informar que estamos avançando na construção das nossas creches. Tenho certeza de que esse governo vai deixar como legado para a população de Brasília 112 creches construídas, 18 das quais vão ser inauguradas agora com a presença da nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Brazlândia já é a primeira cidade do Distrito Federal que tem 100% de ensino integral. Todas as escolas públicas de Brazlândia já têm o ensino integral. Evidentemente, é plano do governo universalizar a educação infantil e universalizar o tempo integral nas escolas públicas do Distrito Federal. É claro que isso não acontecerá com a rapidez que gostaríamos, mas hoje 257 escolas já estão preparadas para iniciarem o processo de educação em tempo integral, e 51 mil alunos já estão nesse regime.

Por último, Sr. Presidente, queria pedir a V.Exa. que sejam colocados como itens extrapauta no dia de hoje os seguintes projetos: o Projeto de Lei nº 1.819, de 2014; o Projeto de Lei nº 1.638, de 2013; o Projeto de Lei nº 1.820, de 2014; a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 53, de 2013; o Projeto de Lei nº 1.884, de 2014; o Projeto de Lei nº 1885, de 2014; o Projeto de Lei nº 1.851, de 2014; e o Projeto de Lei nº 1.901, de 2014.

Também gostaríamos, caso haja consenso, de colocarmos em votação o PL nº 1.701, de 2013, que já foi aprovado em todas as comissões, faltando apenas ser emitido o parecer da CCJ à disposição do Deputado relator para emití-lo em plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Portanto, se for possível, poderíamos adotar o encaminhamento de votar por último o Projeto de Lei nº 1.701, de 2013.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Arlete Sampaio, apenas para uma rápida correção, a PELO, se não me falha a memória, é a nº 57.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sim, a PELO é a 57/13.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Desculpa, mas é que eu entendi que foi dito 53.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Eu quero também cumprimentar os trabalhadores da Polícia Civil que reivindicam a possibilidade de estarem encaminhando-se à formação necessária para depois assumirem o cargo em momento posterior.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nós estamos pedindo aos colegas Parlamentares, tendo em vista que alcançamos o *quorum* e há uma pauta bastante ampla, que possamos fazer um acordo para ficarmos apenas nas manifestações de Líderes, porque ganharíamos tempo, mesmo que fosse necessário um tempinho adicional.

Há acordo com relação a isso? A Deputada Celina Leão já havia se manifestado. Há acordo, Deputada Liliane Roriz? Também. Há acordo, Deputado Alírio Neto? Deputado Paulo Roriz, há acordo? Deputado Chico Vigilante, há acordo? Deputado Prof. Israel Batista, há acordo?

Há acordo.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho apenas uma reclamação a fazer. Nós temos apenas as terças e quartas-feiras para tratarmos dos assuntos, e quando chegamos à tribuna falamos 3 minutos e, antes de desenvolvermos o raciocínio, já estamos sendo chamados a atenção. Depois, para votarmos, há necessidade de abrirmos mão dos 5 minutos do pronunciamento de Parlamentares. Ainda teria o Grande Expediente, que seria um terceiro turno para se discutir. Então a gente está cada vez mais... Só temos dois dias para falar e, mesmo assim, com as condições dos 3 minutos. Quando você vai falar determinado assunto, não dá para fazer nem a introdução e já terminou o seu tempo. Primeiro a sessão está começando muito tarde, e eu acho que a reunião de Líderes deveria ser em outro horário. A gente já chega aqui às 16h13 para começarmos a votar, e a sessão começa às 15h. Aí, para votarmos rápido, temos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

que suprimir os Comunicados de Parlamentares, e no final não dá para falar. De qualquer maneira, aproveito esse tempo para falar.

Eu queria, inicialmente, agradecer à CEB, já que algumas reivindicações feitas nesse plenário sobre problemas de deficiência na iluminação do Gama foram corrigidos. A gente tem que criticar, mas tem que elogiar quando o trabalho foi feito.

Quero discutir, pois temos pessoas aqui especialistas na área de segurança, que, a continuar o quadro que temos em Brasília, nós teremos praticamente uma fábrica de marginais, já que estão sendo colocados todos os dias centenas e centenas no meio da comunidade. Deputado Paulo Roriz, nós sabemos que há três pontos específicos que são necessários para estancar esse crescimento da falta de segurança – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. que ficou indignado com a barbárie que aconteceu na Ceilândia.

Nós precisamos, primeiro, que seja dada uma ocupação ao jovem de Brasília. Os jovens de Brasília hoje não têm. Estamos esperando a implantação do Jovem Candango, que era para começar com 10 mil jovens. Esses jovens vão estudar num horário e, no outro, em vez de ir para a rua, para as esquinas para ser vitrine da droga e da marginalidade, eles têm que aprender uma profissão. Já era para termos começado, não sei como anda isso, Deputado Chico Vigilante. O Programa Jovem Candango, que é lei, foi anunciado no ano passado pelo Governador, depois de três anos de luta aqui, com festa, vieram até os representantes dos ministérios, pois é um programa para ser modelo em termos de Brasil.

Então, nós precisamos colocar isso em prática, nós precisamos dar ocupação aos jovens. O empresariado e os comerciantes de Brasília têm que acordar, porque é melhor dar oportunidade ao menor aprendiz do que depois ter que gastar com segurança e com guarda para tomar conta dos seus estabelecimentos para não serem assaltados. Nós temos que atacar a causa, e a causa é a falta de oportunidade para os jovens, os jovens não têm oportunidade em Brasília.

Portanto, o primeiro botão a ser apertado, Deputada Arlete, é aquele que propiciará a esses garotos, principalmente aos que estudam em escolas públicas – são 129 mil, de 14 anos a 18 anos –, uma ocupação! De 14 anos a 18 anos é a fase em que se tem mais energia e, ao mesmo tempo, se tem a vaidade, é a fase em que se está começando a namorar, tanto o garoto como a garota. Mas geralmente vão aos pais, seja no Sol Nascente, seja no Pôr do Sol, seja na Estrutural, seja no Porto Rico, seja no Itapoã, seja nas áreas mais vulneráveis das demais cidades, pedir um tênis ou uma calça *jeans*, e esse pai e essa mãe não têm dinheiro nem para pagar o aluguel. No entanto, têm uma televisão em que passa o programa Malhação, e lá todos os jovens estão bonitos, bem vestidos, Deputado Alírio, todo mundo bem vestido, e o jovem quer ficar daquele jeito, mas os pais não têm condição, as portas estão fechadas para eles. Porém, vai ter sempre um traficante ali na esquina para dizer: “Se você me levar umas pedras de *crack*, eu te dou um tênis” ou “Se você me



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

ajudar a roubar aquela farmácia, assaltar aquela farmácia ou aquele posto de gasolina, eu te dou uma calça *jeans*". Aí o jovem começa a entrar para o crime, e, depois que ele entra, não tem mais saída.

Este é o primeiro aspecto – atacar a causa. Nós temos que atacar a causa, senão prende cem hoje e amanhã entra duzentos; prende duzentos, entra quatrocentos! A progressão da criminalidade é geométrica, não é aritmética, porque não se bota o dedo, não se estanca a causa principal, que é a falta de ocupação do jovem em Brasília.

O segundo aspecto é este, é prender – e a Polícia Civil de Brasília é eficiente nesse sentido –, tem que prender! Poderíamos fazer nós, Deputados Distritais, uma representação, já que somos os representantes mais diretos do povo, para pedir ao Congresso exatamente uma melhoria no que diz respeito à legislação penal. Não pode a polícia prender de manhã e de tarde o sujeito estar na rua novamente fazendo a mesma coisa! Então, tem que se mudar a legislação, os marginais que estão na rua devem ser presos e, ao mesmo tempo, devem ser mantidos presos.

E o terceiro aspecto necessário refere-se ao fato de que todo dia, além dos marginais que são iniciados, há as pessoas que cumpriram a sua pena, os egressos do sistema penitenciário, saindo, voltando ao convívio da sociedade, mas sem oportunidade, e são discriminadas. Nós temos estatísticas que mostram, Presidente Wasny, que de dez egressos, ou seja, sujeitos que já cumpriram sua pena, que voltam e conseguem emprego, só um volta a cometer crime. Em compensação, do outro lado da moeda, de dez que não conseguem emprego, oito voltam a cometer crime e voltam para o presídio. Sabemos que um presidiário hoje custa para o governo 2500 reais. Nós precisamos apenas de 700 reais para transformar um jovem num profissional, num cidadão, num pai de família, em vez de transformá-lo em um marginal.

Então, a questão é esta, a questão da segurança em Brasília é esta – cuidar dos jovens, fazer política repressiva e prender. Faz-se segurança com quê? Com recursos humanos e com tecnologia. Ao mesmo tempo, dando oportunidade a essas pessoas que já cumpriram suas penas de voltarem ao convívio da sociedade, senão elas vão se juntar aos que estão iniciando no crime, mais aos que passaram pela universidade do presídio. No caso, eles não aprendem nada lá, a não ser se especializarem em cometer crimes mais graves depois que saem de lá.

Portanto, ou o governo, a política pública de segurança vai nesse sentido, ou todos os dias os jornais, os repórteres locais de televisão, seja no *DF TV*, seja em qualquer outro canal, vão, a cada dia, substituir as matérias. Já estamos praticamente com 60% só de crimes nos jornais, nos noticiários de televisão. Se não tomarmos providências, daqui a pouco serão 90%. Muitas pessoas falam: "Eu não aguento mais ligar a TV e ver jornal, porque só tem notícias de desgraças". É isso o que está acontecendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Ou se faz uma política de segurança atacando esses três pontos, ou será a história do cachorro correndo atrás do rabo. Não vamos alcançar nunca.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, cumprimento a todos. Boa tarde, pessoal.

Faço questão de falar 5 minutos nos Comunicados de Líderes – temos acordo para votar os projetos – e o que me traz hoje à tribuna, Sr. Presidente, é um assunto muito importante. O País não vai mudar realmente se não investirmos e não priorizarmos a educação. Hoje pela manhã tivemos aqui um grande evento, e eu quero parabenizar V.Exa., Sr. Presidente, que abriu as portas desta Casa para receber o encontro do diálogo, no qual foram selecionados mais de cinquenta projetos voltados à leitura no Distrito Federal.

Compareceram a esse evento várias escritoras e professoras do Distrito Federal, que levantaram nas escolas públicas vários projetos. Parabeno a idealizadora, Sra. Dinorá Couto Cançado, que não deveria se chamar “Cansado”. Nós brincávamos com ela hoje que o seu nome seria “Disposta”, porque é uma mulher de trabalho, que tem investido muito na questão cultural e também na questão da educação.

Sr. Presidente, algo foi reivindicado, e é importante esta Casa se posicionar. Foi fechada a Biblioteca Demonstrativa da 508 Sul. Aquela biblioteca tem 900 pessoas frequentadoras por turno, ou seja, 900 pessoas pela manhã, 900 pessoas à tarde, que frequentam diariamente e buscam aquele estabelecimento como um canal para o conhecimento.

Nós fizemos um requerimento de informações, perguntando qual a motivação do fechamento da biblioteca. A Defesa Civil justificou que interditou a biblioteca por falhas tanto na eletricidade, quanto nas janelas e ar-condicionado. Faço um apelo para a Defesa Civil, se ela pode, diante de um novo laudo, ver quais são as adaptações realmente necessárias, para que a biblioteca volte a funcionar com mais segurança para os usuários.

Temos que dar as condições necessárias para essa mudança. Estou colocando uma emenda parlamentar, para a reforma, de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) se for necessário. Eu acho que contempla essa reforma, porque não podemos receber a Copa e ter nossas bibliotecas fechadas. Essa biblioteca é referência não só no Distrito Federal, mas em toda a região metropolitana. Peço o apoio dos parlamentares para que possamos abraçar essa luta.

Escutei de vários professores que estavam aqui que esta Casa tem que se posicionar pela questão da educação. Não teremos educação de qualidade enquanto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

não tivermos nossas bibliotecas funcionando e enquanto não ampliarmos o número de bibliotecas que temos no Distrito Federal.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade e parabenizo a Carmem e a Isis, que estavam aqui hoje e têm cuidado desse projeto de biblioteca, Deputada Liliane Roriz, junto com a Rede Gasol. Elas buscam os livros, como voluntárias. Não ganham um centavo. Elas buscaram uma parceria com a iniciativa privada e têm mantido várias bibliotecas dentro das escolas públicas do Distrito Federal.

Estou trazendo aqui um problema, mas também já estou sugerindo para o Governo do Distrito Federal uma possível solução.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu quero parabenizá-la e me somar ao pronunciamento de V.Exa. Efetivamente, essa questão da leitura do livro é essencial para o desenvolvimento de um povo.

Em especial, a Biblioteca Demonstrativa para mim é muito cara, porque eu estudava lá para os concursos públicos que fiz. Era uma rotina. O pessoal da Polícia Civil que está aqui pleiteando o prosseguimento do concurso da Polícia Civil, muitos deles, tenho certeza, estudaram nessa biblioteca. É uma biblioteca, por sua posição às margens da W3, extremamente importante, o que facilita o acesso.

V.Exa. está de parabéns por trazer esse tema, ainda mais se pensarmos que estamos poucas semanas após um grande evento literário do País, que foi a Bienal. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar que tenhamos uma Bienal do porte que temos em Brasília e termos uma Biblioteca Demonstrativa fechada.

Então, quero me somar a V.Exa. Conte comigo para o que for necessário.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte do Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, parabéns. Esse debate é realmente muito importante. Nossa Biblioteca Demonstrativa está sob a responsabilidade da Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura.

Nós deveríamos somar nossos esforços para que o Ministério da Cultura cedesse a Biblioteca Demonstrativa para o Governo do Distrito Federal, porque hoje não podemos fazer nada. Para o Ministério da Cultura, a biblioteca não importa, não é interessante, é pequena demais para merecer a atenção do Ministério. Mas aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

para Brasília, ela faz toda a diferença, especialmente para meus alunos de concurso público, que usam as instalações da biblioteca para estudar.

Eu visitei a biblioteca. Ela precisa de reformas, a instalação elétrica está horrível, mas o GDF não pode nem fazer uma intervenção. A Fundação Biblioteca Nacional está mais preocupada com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que é imensa.

Parabéns por trazer esse tema. Dou a sugestão de nos unirmos para pedir essa cessão, porque nós mandaremos emendas, poderemos fazer alguma coisa. Eu não posso nem mandar uma emenda para reformar aquela biblioteca. É muito ruim, mesmo.

Parabéns, Deputada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço a aparte do Deputado Prof. Israel Batista.

Quero parabenizar os dois colegas pelas colocações. Nós sabemos que este plenário hoje está cheio de servidores concursados, e todos eles buscaram, de certa forma, o conhecimento para fazer o concurso público.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Deputada Celina Leão, essa biblioteca dá acesso a muitas pessoas que não têm como ir para a UnB. Então, ela é de muita importância, o Deputado Prof. Israel Batista sabe disso. Ela é muito importante, por isso tem que ser reformada imediatamente. É um espaço usado pelos alunos de toda essa região. Muitas vezes, fica difícil para os estudantes irem até a UnB utilizarem aquela biblioteca.

Então, parabeno V.Exa. por essa iniciativa, inclusive de colocar uma emenda para a reforma da biblioteca, que vai ser de grande importância. A cidade tem uma necessidade, tanto é que isso foi notícia em todas as reportagens da cidade, nos jornais, porque é preciso que se faça alguma coisa. O governo tem que se pronunciar e fazer alguma coisa com relação a essa biblioteca.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço a aparte da Deputada Liliane Roriz. Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Desculpem-me.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

O que eu gostaria, Sr. Presidente, nesta tarde, é de lamentar uma declaração que o Governador Agnelo fez ao *Correio Braziliense* ontem. Deputada Arlete Sampaio, ele anunciou ao povo do Distrito Federal que as obras que seriam feitas ao redor do Estádio Mané Garrincha só vão ser feitas depois da Copa. Diga-se de passagem, que as obras de construção do estádio são as mais caras do mundo. Não sei se vocês acompanharam uma notícia da UOL, mas na Arábia Saudita foi construído um complexo esportivo, Deputado Alírio Neto, onde se gastaram 356 milhões de euros. Nesse complexo esportivo, a arena desse complexo, tem capacidade para 66 mil pessoas, um estacionamento para 45 mil carros e mais outras coisas. Tudo isso eles fizeram por esse valor. Então, é espantoso o que hoje ocorre no Distrito Federal com relação ao valor desse estádio.

O valor gasto na construção do Estádio Mané Garrincha está sendo muito questionado. É claro que a gente sabe que tem uma legião de defensores, muitos, até aqui desta Casa, saíram em defesa dessa construção, mas quero pedir licença para dizer que essa é uma obra faraônica. O argumento dos defensores é que, tanto a arena quanto as obras que seriam feitas ao redor dela, seriam um legado para a população do Distrito Federal. No entanto, as obras ao redor do estádio não vão ficar prontas. Hoje, Deputada Celina Leão, há exatos 31 dias da abertura da Copa do Mundo, ouvimos da própria boca do Governador que a história não é bem assim. O Estádio Mané Garrincha, embora tenha levado quase 2 bilhões, todo mundo bem sabe disso, para a sua conclusão, não é um legado, assim como ele diz. Não é mesmo? É enorme, tem capacidade para 70 mil pessoas. Ocorre que o futebol não é tradição na nossa Capital, infelizmente. Eu gosto muito de futebol, mas ainda não há uma justificativa para uma arena desse tamanho. Além disso, ainda se veem vazamentos e goteiras, Deputado Paulo Roriz, no estádio. Eu nunca fui lá, mas as notícias que tenho das pessoas que vão lá são essas.

Em 2013, o próprio Governador Agnelo declarou, quando defendia a realização de um jogo de basquete aqui na nossa cidade: "Vamos colocar aí 20 mil pessoas no ginásio. Nem um jogo de futebol coloca essa quantidade de gente no ginásio." Isso significa, Srs. Deputados, que o Governador reconheceu na época a inutilidade de um estádio tão grande e tão caro para o futebol pós-Copa do Mundo. Aliás, todos nós já sabemos que um jogo de campeonato candango leva cerca de duas mil pessoas ao estádio. Vocês já devem ter visto isso na televisão. Acho que o público recorde foi o do jogo do time de Luziânia, da minha cidade, diga-se de passagem. Aliás esse time tem levado orgulho para nós que nascemos lá.

O Campeonato Candango leva cerca de duas mil pessoas ao estádio, por isso causa-nos estranheza o fato de abrir uma arena tão grande, com uma despesa tão grande para um público tão pequeno como esse, com uma média de público tão irrisória.

O que chama mais atenção na declaração do Governador Agnelo no *Correio Braziliense* de ontem ou de hoje – os Senhores Deputados devem saber – é que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

outras obras importantes não serão entregues à população do Distrito Federal e aos turistas. Apesar de terem sido gastos 2 bilhões na construção do Estádio, as obras tão prometidas não serão entregues durante a realização do Mundial de Futebol. A obra em torno da arena não existe, como previa o projeto inicial. O túnel que ligaria o Estádio ao Centro de Convenções e ao Parque da Cidade também ficou só na promessa. O projeto urbanístico do lado de fora da arena também ficou só no imaginário da nossa cabeça e da população. O estacionamento do estádio, que também deveria ser entregue, lamentavelmente não foi. Mais uma vez, eu uso palavras do Governador, publicadas no *Correio Braziliense*: “Não caberia agora. Depois da Copa, colocaremos em prática um projeto do entorno, que é para o povo, que é maravilhoso”. Foi o que disse o Governador.

Pelo que a gente pode ver, Srs. Deputados, é que infelizmente esse governo que aí está acreditou que, para preparar Brasília para receber o Mundial, bastaria apenas construir um estádio. No entanto, não é. As obras de mobilidade urbana não foram realizadas como foi prometido. O VLT, por exemplo, não foi feito. Este governo já tinha dado mostras de incapacidade, há algum tempo, sobre essa obra, esqueceu apenas de listar outras. O fato é que o Veículo Leve sobre Trilhos não se tornaria realidade. Ele mesmo fez crítica a esse projeto.

Com relação ao Balão do Aeroporto, o balão da Dona Sarah, eu queria lamentar muito o infeliz trabalho que fizeram ali. Quem chega a Brasília espera ver um jardim belo, maravilhoso, com palmeiras imperiais, buritis aqui da nossa região. No entanto, vê as lagartixas de palmeirinha, que eu diria hoje, para quem não conhece, de guariroba. Aquilo ali ficou muito feio. Desculpe-me, aquilo ali é de um mau gosto terrível. O Balão do Aeroporto ficou horrível. Se alguém quiser me dizer que eu estou falando errado ou que aquilo ali não ficou pronto, eu vou dizer: Está pronto. Eu passei por lá. Estão aguando a grama, terminando, fazendo o desfecho da grama. Mas está horrível. Eu não sei se isso é da responsabilidade da construtora ou do GDF, mas, pelo amor de Deus, não entreguem aquilo à população ou aos turistas que chegarem, porque aquilo ali está muito feio, apresenta um mau gosto terrível.

Era isso o que eu gostaria de falar, Sr. Presidente.

Eu queria pedir à Base do Governo que vá até o DER, à Secretaria de Obras, que fale com o Vice-Governador, uma pessoa responsável hoje pelas obras da nossa cidade, e cobre a reconstrução do paisagismo. Nós temos excelentes paisagistas na nossa cidade. Seria interessante colocar isso na pauta para que o turista que chegasse à nossa cidade tivesse o impacto de um paisagismo, de um aspecto bonito. Já que foi retirado, que reconstrua com bom gosto, não do jeito que está lá.

Em relação ao estádio, fica aí a pergunta ao Governador. Por que agora, depois de o Estádio Mané Garrincha ter sido concluído, a trinta dias da Copa, ele vem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

me dizer que essa obra teria que ser para depois da Copa? Fica aí a pergunta para o Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Indago aos Srs. Parlamentares se podemos suprimir o Comunicado de Parlamentares. Faça um entendimento preliminar. (Pausa.)

Não há acordo.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós fazemos discurso aqui, usamos a tribuna para falar de coisas práticas do nosso dia a dia, como é a questão da Sinase, dos policiais civis, da questão do aeroporto, mas eu pretendo fazer uma reflexão hoje que, para mim, é muito importante.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. por respeitar e valorizar todas as carreiras que estão aqui: os servidores, a segurança, o Sinase.

Eu entendo, Sr. Presidente, que hoje é um dia muito importante para o Brasil, e esta Câmara não poderia deixá-lo despercebido. Hoje, 13 de maio, é o Dia da Abolição da Escravatura. Não podemos, em hipótese alguma, por mais que possa parecer distante, imaginar, num país que está às vésperas da Copa do Mundo – e se vê, na Europa e em tantos lugares, atos de racismo o tempo todo –, essa Câmara não se pronunciar no dia 13 de maio.

A lei de abolição da escravatura, a Lei Áurea, que quer dizer feita de ouro, de muito valor, foi um ato importante, mas, no fundo, no fundo, não houve uma preparação do Estado brasileiro, naquela época, para acabar com a escravidão. Hoje, temos ainda exemplos de racismo e de escravidão em uma população que é composta majoritariamente por negros. Esta Casa tem negros, temos Deputados negros. Não podemos, em hipótese nenhuma, deixar de fazer uma reflexão, até porque aprendi com os companheiros do movimento negro que hoje não é um dia de comemoração, mas de protesto, de reflexão, para entendermos que a escravidão está instaurada no país ainda. Temos, em vários pontos do País, pessoas em situação de trabalho escravo. Temos, no nosso país ainda, infelizmente, demonstrações de racismo inconcebíveis e inaceitáveis para uma sociedade moderna, principalmente para a Capital da República.

Recentemente, fizemos aqui uma audiência pública para discutirmos aqui os crimes raciais. Há gente de fora vindo para o Brasil e maltratando cabeleireira, maltratando seja quem for por conta da sua cor. Então, a Lei Áurea – a escravidão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

hoje se reflete sobre ela e não se comemora especificamente – teve uma importância muito grande, mas é preciso que o Estado brasileiro avance nesse sentido, porque a maioria dos negros é de classe baixa, porque o IBGE diz que os negros vivem, em média, quinze anos a menos do que os brancos, porque as famílias brancas têm um salário médio quase o dobro das negras, porque os negros têm 81% de chance a mais de se contaminarem por viverem em lugares com baixa qualidade de saneamento. Então, há uma série de questões que precisam ser refletidas. Eu não poderia deixar, em hipótese nenhuma, de trazer essa reflexão.

O governo avança muito quando cria as cotas universitárias, por mais polêmicas que elas sejam, mas elas hoje são referendadas pelo Supremo Tribunal Federal. Isso é algo. O governo do presidente Lula criou, pela primeira vez, em 2003, uma secretaria para cuidar da igualdade racial, a Seppir nacional, que tem criado políticas públicas transversais para garantir os direitos e a igualdade racial. Esse mesmo modelo foi copiado aqui no Distrito Federal com a criação da Sepir. Um colega que esteve muito tempo conosco aqui, que trabalhava com o Deputado Chico Leite, o Viridiano, é hoje Secretário da Igualdade Racial aqui no Distrito Federal.

Para cumprir o meu tempo e não atrapalhar as votações, porque não quero atrapalhá-las nem vou, quero deixar aqui uma reflexão para a senhora Fifa, que gere o futebol no mundo. A Fifa vetou a participação do Lázaro Ramos e da Camila Pitanga no sorteio da Copa. Nada contra a Fernanda Lima, que é loirinha, branquinha, mas por que não colocar dois atores que têm a marca, a cara, a identidade do povo brasileiro? A Fifa os vetou. Por que a Fifa não se manifesta e pune com rigor, agora, os atos de racismo que acontecem nos jogos da Europa, inclusive envolvendo brasileiros? Inclusive, num jogo lá, o Daniel Alves pegou uma banana.

Então, esperamos que, nesse mundial, que aparece alvissareiro para todos nós, pois temos muita esperança de que o Brasil saia campeão e que as obras se concretizem e tragam benefícios para a população, a Fifa aja com rigor para que seja uma Copa sem preconceito e quem agir com racismo seja punido com severidade.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra a Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, meus pares, todos aqui presentes.

Eu não poderia vir aqui hoje e não parabenizar o Deputado Cláudio Abrantes pela lembrança do dia 13 de maio, que também é o dia do aniversário da nossa querida cidade de Sobradinho, que hoje faz 54 anos. Nós não poderíamos deixar de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

parabenizar aquela cidade serrana, onde nascemos e fomos criados. Temos orgulho de sermos de Sobradinho.

Quero ainda pedir ao Sr. Presidente que me ajude mais uma vez com o PL nº 93. Precisamos dar uma resposta para esse povo do Distrito Federal, principalmente o de Sobradinho II, o povo que mora na ponta de rua. Esse povo está sofrendo demais. Esse projeto vem para resolver o problema daquele povo que está sofrendo. Nós não podemos nos esquivar de resolvê-lo. Por vinte anos, aquele povo vem sofrendo, e, neste novo caminho do governo, nós não podemos deixar que continuem morando naquelas condições em que hoje estão.

Eu queria ainda, Sr. Presidente, plagiar ainda o grande mestre desta Casa, Deputado Chico Vigilante, a quem eu reverencio pelo telefone vermelho que sempre tem. Deputado Chico Vigilante, use seu telefone, dê uma ligadinha agora e fale para o Governador bem como para o Secretário de Segurança da Polícia Civil que nós não podemos deixar acontecer o que já aconteceu em outros governos: pessoas aprovadas em concurso não serem chamadas. Isso não pode acontecer! Não pode acontecer esse tipo de situação.

Eu fui da Polícia Civil por quase trinta anos de minha vida e sei das dificuldades que hoje estão tendo. Sobradinho II, Sr. Presidente, está com três policiais no plantão. Três policiais no plantão! Não há delegacia que suporte três pessoas no plantão. Nós hoje temos pessoas aprovadas em concurso e que estão aí ou vendendo dificuldade para colher facilidade ou ficando doidas. O povo ficará doido se não chamar esse pessoal. Nós, que somos representantes do povo, aqui nesta Câmara Legislativa, não vamos deixar isso acontecer, Deputada Arlete Sampaio. Se está concursado, tem que ser chamado. Tem que ser chamado! Porque, Sr. Presidente, um concurso desse é caríssimo. O pessoal estudou, deu dinheiro para cursinho. Nós não vamos ficar aqui alimentando cursinho com pessoas aprovadas em concurso, não. Aprovado tem que ser chamado. O Deputado Prof. Israel Batista sabe do que estou falando. Ele é professor de cursinho e sabe da dificuldade que há para passar em concurso. São meninos... Assim eu posso chamá-los, porque têm menos de quarenta e podem ser chamados de meninos mesmo, com todo o respeito. Se me virem na rua, não me prendam, não. Prestem atenção: vocês têm que ser chamados. Nós não vamos aceitar. O Dr. Gilberto Maranhão, eu respeito; o Dr. Jorge Xavier, é outro que eu respeito; e o Governador, nem se fala. Nós temos o maior respeito pelo Governador. Agora deixar esse povo de fora, não. Não, mas não mesmo!

Então, eu quero conclamar aqui, independentemente de coloração partidária, independentemente de partido, para fazermos uma moção para enviar ao Governador pedindo a S.Exa. que não deixe os concursados. E o pior não é isso: não são só concursados, não; são aprovados em todas as etapas. Só falta a academia. São aprovados. Se fossem só concursados, eu ainda calaria a boca, mas fizeram todas as etapas. Fizeram o psicotécnico, o teste físico, o exame de saúde, a prova



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

objetiva, a prova subjetiva. Só falta agora a academia de polícia para que eles possam ser os nossos defensores na insegurança generalizada que nós temos hoje no Brasil – não é só em Brasília, não. Nós temos verdadeiros abnegados que querem colocar suas vidas em jogo. É a primeira vez, Sr. Presidente, que eu vejo o povo querer colocar a vida para nos dar a segurança e o governo não querer colocar para dentro. Não dá!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizar o Deputado Dr. Michel pelo seu pronunciamento. Sr. Presidente, V.Exa. tem se empenhado nessa matéria e vi que o Deputado Chico Vigilante também. Todos nós desta Casa temos consciência de que esse é um pedido legal e legítimo. Não estamos pedindo, Sr. Presidente, nada de ilegal. Enquanto, na Ceilândia, vemos bandido queimando criança, nós nos damos ao luxo de desperdiçar quase duzentos novos candidatos que vão ajudar na segurança desta cidade. (Palmas.)

Então, Sr. Presidente, juntamente com o Deputado Dr. Michel, quero conclamar todos os Pares desta Casa a isso. Volto a dizer que o que está sendo pedido não é ilegal. Não estamos pedindo alteração no edital. O que estamos querendo fazer é o que foi feito em 2010, quando eu era Presidente do Sindicato dos Policiais... Em 2012, já como Parlamentar, no concurso de perito. Se foi legal antes, por que é ilegal agora? Onde é que inventaram isso?

Sr. Presidente, sou testemunha do empenho de V.Exa. Hoje, no Colégio de Líderes, V.Exa. deixou isso bem claro. Agora, mandar para a Procuradoria é querer nos enganar, enganar os candidatos e enganar Brasília, porque quem vai perder é a sociedade.

Por fim, para concluir, peço encarecidamente que o Governo do Distrito Federal permita que esses candidatos façam o curso de formação. Depois, discutimos o direito. Há formas de se fazer isso sem cometer nenhuma ilegalidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Encerrados os Comunicados de Parlamentares, entramos na Ordem do Dia.

Dá-se início à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

ORDEM DO DIA.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do item nº 32.

Informamos a todos os servidores que acompanham esse debate e também o pessoal da segurança que o Governador, neste momento, encontra-se no PAD/DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal –, na abertura da exposição da agricultura familiar. Inclusive, aproveito para registrar o pedido de licença do Deputado Joe Valle, que acompanha o evento neste momento. Tão logo o Governador chegue, encaminharemos a S.Exa. aquilo que nos foi trazido pelos servidores concursados da Polícia Civil, nas categorias de agente e escrivão.

Quero também informar aos colegas servidores das carreiras socieducativa e da assistência social que os projetos solicitados pela Líder do Governo são os seguintes: Projeto de Lei nº 1.819, de 2014; Projeto de Lei nº 1.638, de 2013; Projeto de Lei nº 1.820, de 2014; Projeto de Lei nº 1.851, de 2014 (Palmas.); Projeto de Lei nº 1.901, de 2014; Projeto de Lei nº 1.884, de 2014; Projeto de Lei nº 1.885, de 2014; Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, e a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 57, de 2013. Estando presente a Deputada, também o Projeto de Lei nº 1.192, de 2012; o Projeto de Lei nº 1.800, de 2013, conforme solicitado pelo Deputado Olair Francisco, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2014, conforme solicitação do Deputado Cláudio Abrantes.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Solicito a inclusão na Ordem do Dia, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho o pedido de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma inversão de pauta, para votarmos o Projeto de Lei nº 1.851 e o Projeto de Lei nº 1.901, pois tenho uma consulta, terei que me ausentar depois das 17 horas, mas faço questão de participar da votação. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Veja bem, Deputada. Peço a compreensão de todos os colegas. Foi feita, inclusive, uma observação crítica à Presidência, por um dos colegas, quanto ao rigor com o Regimento. Infelizmente, atendendo à aquiescência e ao pleito dos Deputados, fomos extremamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

condescendentes quanto ao tempo para manifestação. Espero que os colegas preservem o processo de votação, porque a presença é fundamental.

Posso e vou acolher a questão de ordem, mas o projeto terá que ser votado em segundo turno, senão não vai virar lei. A votação tem que ser em primeiro e em segundo turnos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. o seguinte: há duas propostas de emenda à lei orgânica que já estão aprovadas há muito tempo, e a nossa Assessoria tem pedido para que elas sejam colocadas na Ordem do Dia. Uma delas tem quase seis meses. Portanto, eu gostaria que fossem inseridas na Ordem do Dia a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 26, de 2011, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 2, de 2011, e também o item nº 112, que é um título de Cidadão Honorário de Brasília que já está marcado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, iremos passar pela pauta normal, senão só daremos prioridade aos projetos do Poder Executivo, e não entendo ser isso correto.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, no mesmo sentido da Deputada Celina Leão – V.Exa. afirma que vai votar os itens de Parlamentares –, solicito uma especial atenção ao item nº 127, referente ao Requerimento nº 3.259, de 2014, porque a nossa audiência pública será na próxima sexta-feira e precisamos de aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Arlete Sampaio, passará, a exemplo dos demais projetos previstos...

Item nº 32:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 767, de 2012, do Deputado Joe Valle, que “estabelece orientação ao consumidor sobre o consumo ideal de água e dá outras providências”.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o acordo é para a manutenção do veto. Portanto, voto “sim”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	23



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S)

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S):

767/2012

AUTORIA: JOE VALLE

Poder Executivo

RELATORIA: ROBÉRIO NEGREIROS

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			14			10		

Israel Batista

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA)

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 35:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 626, de 2011, do Deputado Agaciel Maia, que “estabelece comunicações eletrônicas obrigatórias aos consumidores por parte de prestadores de serviços públicos no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Veto Total ao Projeto de Lei nº 626, de 2011, do Deputado Agaciel Maia, que “estabelece comunicações eletrônicas obrigatórias aos consumidores por parte de prestadores de serviços públicos no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto total sob o argumento de que a proposição seria ineficaz e oneraria sobremaneira as concessionárias.

Ademais disso, a multa indicada como sanção pelo descumprimento está vinculada ao salário mínimo, em ofensa ao art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Sr. Presidente, essas são as nossas considerações e informações que julgamos necessárias à deliberação da Casa.

É o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	25



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

PARECER Nº /2012

ITEM 35

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 626/2011, que "estabelece comunicações eletrônicas obrigatórias aos consumidores por parte de prestadores de serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências".

Autor: Deputado Agaciel Maia

Relator: Deputado Chico Leite

I - RELATÓRIO

A proposição tem o objetivo estatuído em sua ementa, estabelecendo os sujeitos passivos (artigo 2º), os direitos do consumidor (artigos 3º, 4º, 6º a 9º) e as penalidades (artigo 5º).

A proposição foi aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor, sem emendas.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

2

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 63, I, do Regimento Interno desta Casa, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça analisar a proposição, quanto à admissibilidade, considerados os *aspectos constitucional, legal, redacional, regimental e de técnica legislativa*.

A proposição em análise coaduna-se à Constituição Federal e à Lei Orgânica do Distrito Federal, não havendo óbice à sua admissibilidade.

Sob o ponto de vista formal, ao Distrito Federal compete legislar concorrentemente sobre a defesa do consumidor, conforme se verifica do artigo 24, V e VIII, da Constituição da República, e do artigo 17, V e VIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ademais, a proposição em questão não trata de matéria de iniciativa legislativa privativa do Governador do Distrito Federal, seja em razão do disposto no artigo 61, §1º, da Constituição Federal – aplicável em decorrência do princípio da simetria –, seja em virtude do estatuído no artigo 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A matéria, por fim, não se encontra entre aquelas que mereçam excepcional tratamento por lei complementar.

No aspecto material, a proposição não contraria os parâmetros de validade, uma vez que busca proteger direitos aos consumidores, notadamente em questões relativas às comunicações a ele enviadas pelas empresas prestadoras de serviços públicos, seja pela internet, seja por SMS (serviço de mensagens curtas).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 626 / 2011
Fls. nº 10



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

3

Destarte, a matéria se mostra consoante à Constituição Federal e à Lei Orgânica do Distrito Federal, merecendo admissão.

Para concluir, somos pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei n.º 626/11.

Sala das Comissões, em

Deputado
Presidente

Deputado **CHICO LEITE**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 626, 2011
Fis. n.º 11 §



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	28



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LIDO
Em 14/03/13
[Handwritten signature]

MENSAGEM

Nº 67 /2013-GAG

Brasília, 8 de março de 2013

ITEM 35

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **vetei o Projeto de Lei nº 626/2011**, que *estabelece comunicações eletrônicas obrigatórias aos consumidores por parte de prestadores de serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências.*

MOTIVOS DE VETO

As concessionárias de água e energia do Distrito Federal já vêm adotando medidas para informar a população sobre interrupções programadas no fornecimento dos serviços, utilizando-se principalmente dos meios de comunicação de massa.

A personalização da comunicação apenas aos interessados com telefones e e-mails eventualmente cadastrados nas concessionárias pode não ser eficaz e onerar sobremaneira os custos operacionais, o que poderia representar modificações nas tarifas, em prejuízo aos usuários.

Além disso, no art. 5º do Projeto de Lei ora vetado, há vinculações de multas ao valor do salário-mínimo, o que é expressamente vedado pela Constituição Federal (art. 7º, IV).

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

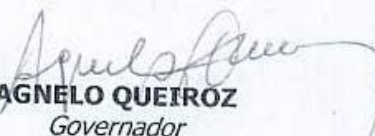


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Por essas razões, apus o **veto total** ao **Projeto de Lei nº 626/2011**, e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, temos acordo pela manutenção do veto. Por isso, voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S)

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S):

626/2011

AUTORIA: AGACIEL MAIA

Poder Executivo

RELATORIA: CLÁUDIO ABRANTES

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			13			11		

SECRETÁRIO (DEPUTADO ISRAEL BATISTA)

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 50:

Apreciação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.258, de 2012, do Deputado Benedito Domingos, que “dispõe sobre a coleta de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, vencidos ou não utilizados, por meio do descarte em postos de coleta, no âmbito do Distrito Federal”.

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Cláudio Abrantes que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.258, de 2012, do Deputado Benedito Domingos, que “dispõe sobre a coleta de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, vencidos ou não utilizados, por meio do descarte em postos de coleta, no âmbito do Distrito Federal”.

No âmbito da referida Comissão, ao ser remetido ao Poder Executivo foi oposto veto total sobre o argumento de que a proposição dispõe sobre atribuições de órgãos, entidades públicas, interferindo na gestão administrativa própria do Poder Executivo preceituado na Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 71, § 1º.

Alega, ainda, que a instituição do programa na forma proposta caracteriza-se como obrigação de caráter continuado, que enseja o cumprimento dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de a despesa gerada ser considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público, conforme o art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não restando demonstrado nos documentos enviados ao Poder Executivo de que esta obrigação tenha sido cumprida. Por outro lado, informa que essa matéria foi recentemente disciplinada, no âmbito do Distrito Federal, pela Lei nº 5.092, de abril de 2013, e que um novo regramento, sem levar em conta a anterior, poderia causar dúvidas jurídicas desnecessárias e prejudiciais às intenções legislativas desta Casa.

Sr. Presidente, nobres pares, essas são as informações que julgamos necessárias à deliberação da Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

É o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	34



PARECER Nº /2013

ITEM 50

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 1258/2012, que "Dispõe sobre a coleta de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos vencidos ou não utilizados por meio de descarte em postos de coleta, no âmbito do Distrito Federal".

AUTOR: Deputado Benedito Domingos
RELATOR: Deputado Robério Negreiros

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação da Comissão de Constituição de Justiça, o Projeto de Lei de iniciativa do Deputado Benedito Domingos, que *Dispõe sobre a coleta de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos vencidos ou não utilizados por meio de descarte em postos de coleta, no âmbito do Distrito Federal.*

Segundo a proposição, os postos de saúde e hospitais da rede pública de saúde do Distrito Federal manterão em suas instalações recipientes para a coleta de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos vencidos ou não utilizados.

O material recolhido será encaminhado para descarte, observadas as normas da ANVISA sobre o tema.

Na justificativa o autor assevera que o objetivo da presente proposição é evitar o risco para a saúde de adultos e crianças, que podem reutilizá-los, bem como a contaminação de solos e animais.

Distribuído para a Comissão de Educação, Saúde e Cultura, o Projeto de Lei foi aprovado no âmbito da referida Comissão.

Transcorrido o prazo regimental, nenhuma emenda foi apresentada na presente Comissão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



II – VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, entre outras atribuições, analisar a **admissibilidade** das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, conforme art. 63, I, *do RICLDF*.

A presente proposição trata da coleta de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos vencidos ou não utilizados por meio de descarte em postos de coleta, no âmbito do Distrito Federal.

A matéria em tela insere-se na competência legislativa desta Casa, na medida em que compete ao Distrito Federal legislar sobre saúde e assistência pública, consoante o artigo 23, II, da Constituição Federal.

Além disso, não há óbices à aprovação, nesta Casa de Leis, da presente proposta, pela sua característica de assunto de interesse local.

Nesse sentido, a Constituição Federal atribui competência a esta unidade da Federação para dispor sobre ele. É o que se extrai da combinação de seus arts. 32, § 1º, e 30, inciso I:

"Art. 32 (omissis)

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local."

Destaca-se, também, que no Distrito Federal, têm legitimidade para exercer a iniciativa de leis no processo legislativo qualquer deputado ou órgão desta Casa de Leis, o Governador, o Tribunal de Contas do Distrito Federal e os cidadãos, conforme estabelece o art. 71, **caput**, da Lei Orgânica, como se transcreve **ipsis litteris**:

*Art. 71. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer **membro ou comissão da Câmara Legislativa**, ao*

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar – Gabinete 19 Fone: +55(61)3348-8192 - Brasília - DF - Brasil CEP: 70.094-902
E-mail: dep.roberionegreiros@cl.df.gov.br - www.roberionegreiros.com.br

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1258 / 2012
FOLHA 10 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



Governador do Distrito Federal e, nos termos do art. 84, IV, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, assim como aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica. (grifo nosso)

Cabe salientar que esta atividade não se configura como nenhuma inovação ou interferência do Poder Legislativo nas atividades do Poder Executivo, ao qual caberá efetuar a coleta na rede pública de saúde do Distrito Federal, visto que encontra respaldo em previsão regimental, no âmbito da Secretaria competente que gere esta ação.

Por sua vez, a Lei Orgânica do Distrito Federal dispõe sobre o tema da seguinte maneira:

"Art. 204. A saúde é direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais, econômicas e ambientais que visem:

I – ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, à redução do risco de doenças e outros agravos."

Diante de todo o exposto, manifestamo-nos **pela admissibilidade** do Projeto de Lei nº 1258/2012, no âmbito da CCJ.

Sala das Reuniões, em

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS - PMDB
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 275 /2013-GAG

Brasília, 26 de agosto de 2013

ITEM 50

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, votei o Projeto de Lei nº 1.258/2012, que dispõe sobre a coleta de medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, vencidos ou não utilizados, por meio do descarte em postos de coleta, no âmbito do Distrito Federal.

MOTIVOS DE VETO

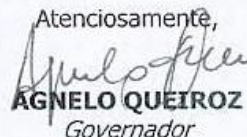
Recentemente, a preocupação com o recolhimento de remédios vencidos foi objeto da Lei 5.092, de 3/4/2013, sancionada por mim. Novo disciplinamento da matéria, sem levar em conta o anterior, pode ser causa de dúvidas jurídicas desnecessárias e prejudiciais às intenções legislativas dessa Casa.

Por outro lado, ao criar obrigações para o Poder Executivo, a proposição fere a reserva do Governador para iniciativa de leis que disponham sobre atribuições de órgãos e entidades públicos, interferindo na gestão administrativa própria do Poder Executivo (LODF, art. 71, § 1º).

Do ponto de vista da gestão fiscal e orçamentária, ressalto que a operacionalização da medida constitui-se como obrigação de caráter continuado, que enseja o cumprimento dos arts. 16 e 17 da LRF, sob pena de a despesa gerada ser considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público (LRF, art. 15). Nos documentos enviados ao Poder Executivo, não houve a demonstração de que essa exigência tenha sido cumprida.

Por essas razões, apus o veto total ao Projeto de Lei nº 1.258/2012 e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

AGNELO QUEIROZ
Governador

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Acordo pela manutenção do veto. Voto “sim”.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 13/05/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S)

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S):

1.258/2012

AUTORIA: BENEDITO DOMINGOS

Poder Executivo

RELATORIA: CLÁUDIO ABRANTES

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ALÍRIO NETO	PEN	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR			X			
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS			X			
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT			X			
	PAULO RORIZ	PP			X			
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB			X			
	WASHINGTON MESQUITA	PTB			X			
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			15		9			

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA)

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	9		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Quero lembrar aos Srs. Parlamentares que só temos 13 Parlamentares em plenário. Não havendo *quorum*, esta Presidência vai suspender a votação porque não podemos conviver com ausência de *quorum*.

Item nº 62:

Apreciação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 766, de 2012, do Deputado Joe Valle, que “estabelece orientação ao consumidor sobre o consumo ideal de energia elétrica e dá outras providências”.

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Robério Negreiros que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	41



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº J , DE 2014 – CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº
766/2012, que *estabelece orientação ao
consumidor sobre o consumo ideal de energia
elétrica e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 448/2013-GAG (fls. 19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 766, de 2012, de autoria do Deputado Joe Valle, que “estabelece orientação ao consumidor sobre o consumo ideal de energia elétrica e dá outras providências”.

A proposição foi aprovada sem modificações, ficando a redação final conforme fls. 14.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que o projeto além de interferir indevidamente na gestão da empresa pública, pode ocasionar prejuízos financeiros à mesma.

Além disso, alega o Chefe do Poder Executivo que a proposição cria atribuição para a Companhia Energética de Brasília – CEB, matéria vedada à iniciativa parlamentar (LODF, art. 71, § 1º, IV), assim como, cria obrigação de caráter continuado, que enseja o cumprimento dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de a despesa gerada ser considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público (LRF, art. 15).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 766 / 2012
FOLHA 22 RUBRICA



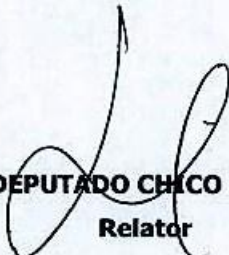
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

2

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente


DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	43



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 448 /2013-GAG

Brasília, 10 de dezembro de 2013

L I D O
Em 04-02-2014
Bater
Resolução de Plenário

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, votei o Projeto de Lei nº 766/2012 que *estabelece orientação ao consumidor sobre o consumo ideal de energia elétrica e dá outras providências.*

MOTIVOS DE VETO

Embora louvável o caráter pedagógico da medida proposta, o Projeto de Lei ora vetado cria atribuição para a Companhia Energética de Brasília – CEB. Como se trata de entidade da Administração Pública distrital, a matéria não pode constar de proposição de iniciativa parlamentar (LODF, art. 71, § 1º, IV).

Por outro lado, como a CEB é uma empresa pública, está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários (CF, art. 174, § 1º, II). Ao impor novas despesas para essa empresa e ao mesmo tempo vedar que o custo seja repassado ao consumidor, o entendimento do Poder Executivo é que haveria uma interferência indevida e prejudicial à saúde financeira da empresa.

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

L 16809



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

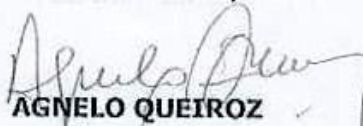
O aumento do custo operacional da empresa viria especialmente em razão do contido no § 1º do art. 1º. Para viabilizá-lo, seria necessária a realização de censo periódico capaz de colher informações sobre a quantidade de moradores por domicílio, que é recorrentemente alterada numa dada comunidade.

Por fim, deve-se observar que a criação de despesa como a constante do Projeto ora vetado caracteriza-se como obrigação de caráter continuado, que enseja o cumprimento dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de a despesa gerada ser considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público (LRF, art. 15). Nos documentos enviados ao Poder Executivo, não houve a demonstração de que essa exigência tenha sido cumprida.

Por essas razões, apus o veto total ao Projeto de Lei nº 766/2012 e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o acordo é pela manutenção do veto. Voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	46



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 13/05/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S)

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S): 766/2012

AUTORIA: JOE VALLE

Poder Executivo

RELATORIA: ROBÉRIO NEGREIROS

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ALÍRIO NETO	PEN	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNÝ DE ROURE	PT	X					
T O T A L			17			7		

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA)

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	7		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estava encaminhando pela liderança do PDT, vamos assinar a moção de apoio do Deputado Dr. Michel em apoio aos policiais civis.

Sr. Presidente, eu gostaria de colocar outra questão, porque eu fui abordada pelo presidente do sindicato da categoria de assistência social na entrada do plenário. Aqui eu já votei contra projetos de determinada categoria, e a categoria não queria. Aqui há uma categoria que quer. Então, eu quero saber com clareza, eu acho que esse encaminhamento é importante, se a categoria quer que votemos ou não o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, naturalmente, no momento em que colocarmos o projeto em pauta, ouviremos as lideranças desta Casa que negociaram no Colégio de Líderes.

Item nº 63:

Apreciação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.023, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos valores dos imóveis e veículos automotores nos anúncios em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação e dá outras providências”.

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Cláudio Abrantes que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Veto Total ao Projeto de Lei nº 1.023, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos valores dos imóveis e veículos automotores nos anúncios em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação e dá outras providências”.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto total sob o argumento de que o projeto regula conteúdo de propaganda de venda e locação de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

imóveis e veículos em meios de comunicação, o que só pode ser feito por lei federal, conforme o preceito do art. 22, XXIX, da Constituição Federal.

Essas são as informações que julgamos necessárias para deliberação da Casa.

É o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

PARECER Nº 2 /2013 – CCT

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 1023/2012, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de informação dos valores dos imóveis e veículos automotores nos anúncios em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação e dá outras providências”.

Autor: Deputado Robério Negreiros

Relator: Deputado Chico Leite

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que tem o objetivo descrito em sua ementa, com a obrigação ao anunciante de informar os valores dos bens, bem assim dos demais montantes incidentes na transação. Estabelece penalidades constantes da legislação de defesa do consumidor.

A proposição foi aprovada na **Comissão de Defesa Consumidor, sem emendas** (fls. 15).

Após isso, os autos vieram a esta Comissão de Constituição e Justiça para parecer, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

2

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do artigo 63, I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, cumpre à Comissão de Constituição e Justiça analisar as proposições em geral quanto à admissibilidade, considerados os *aspectos constitucional, legal, redacional, regimental e de técnica legislativa*.

A proposição aqui analisada, com as alterações propostas adiante, está consoante a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal, devendo ser aprovada.

Sob o ponto de vista formal, a proposição carrega tema relativo à proteção dos direitos do consumidor, sob competência legislativa distrital nos termos do artigos 24, V e VIII, da Constituição Federal.

Ademais, a proposição em questão não trata de matéria de iniciativa legislativa privativa do Governador do Distrito Federal, seja em razão do disposto no artigo 61, §1º, da Constituição Federal – aplicável em decorrência do princípio da simetria –, seja em virtude do estatuído no artigo 71, §1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Por fim, o tema não se encontra entre aqueles que exigem o excepcional tratamento por lei complementar.

No mérito, a proposição é louvável, pois visa proteger os direitos do consumidor em face de posicionamentos abusivos por parte dos fornecedores.

A despeito de no bojo a proposição estar de acordo com o nosso ordenamento, faz-se necessário observar que suas disposições, na forma em que

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1023 / 2012
FOLHA 17 PÁGINA 04



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

3

redigidas, alcançaram não apenas relações de consumo, mas igualmente relações civis, o que desborda da competência legislativa atribuída ao Distrito Federal.

Com efeito, os anúncios realizados nos veículos indicados na proposição podem ser feitos por fornecedores – aqui compreendidos em seu sentido técnico – e por não fornecedores, cabendo observar que a prática mostra que a maioria dos anúncios em classificados são realizados por não fornecedores.

Diante desse quadro, se o anúncio é realizado por sujeito não fornecedor, a relação que se estabelece entre ele e o comprador não é de consumo, ficando na seara civil, juridicamente inalcançável por legislação estadual, distrital e municipal

Assim, mostra-se necessário modificar o artigo 1º e o §1º do artigo 4º para explicitar que as relações tratadas na proposição serão sempre de consumo.

Para concluir, considerando que o Projeto de Lei n.º 1023/12 se alinha à Carta da República e à Lei Maior do Distrito Federal, o nosso voto é pela sua **ADMISSIBILIDADE, na forma das duas emendas modificativas que apresentamos.**

Sala das Comissões, em

Deputado
Presidente

Deputado **CHICO LEITE**
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1023 / 2012
FOLHA 18 REVERENCIA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	52



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 449 /2013-GAG

Brasília, 10 de dezembro de 2013

LIDO
em 04.02.2014
[Assinatura]
Presidente do Plenário

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, votei o Projeto de Lei nº 1.023/2012, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de informação dos valores dos imóveis e veículos automotores nos anúncios em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação e dá outras providências.*

MOTIVOS DE VETO

Embora louvável a proposição legislativa, a matéria regula conteúdo de propaganda de venda e locação de imóveis e veículos em meios de comunicação (jornais, inclusive em seus classificados, em revistas, em periódicos ou em outros meios de divulgação), o que só pode ser feito por lei federal (Constituição Federal, art. 22, XXIX).

Por essas razões, apus o veto total ao Projeto de Lei nº 1.023/2012 e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,

[Assinatura]
AGNELO QUEIROZ
Governador

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO WASNY DE ROURE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

[Assinatura]
2013/12/10



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	53



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição



(Autoria do Projeto: Deputado Robério Negreiros)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação dos valores dos imóveis e veículos automotores nos anúncios em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Ficam os fornecedores anunciantes de imóveis e de veículos automotores novos e usados, seja para venda ou locação, obrigados a informar, no corpo do anúncio, o valor total individualizado correspondente ao bem anunciado, para venda ou locação, em jornais, inclusive em seus classificados, em revistas, em periódicos ou em outros meios de divulgação, no Distrito Federal.

§ 1º Para efeitos deste artigo, considera-se corpo do anúncio o texto no qual se encontram a descrição do imóvel ou do veículo automotor, suas características, seus diferenciais e quaisquer outras informações referentes ao bem a ser locado ou vendido.

§ 2º O responsável pelo anúncio deve informar o valor do bem em si, além de todos os outros percentuais ou demais valores incidentes na referida transação, a qualquer título, de forma clara, objetiva e destacada.

Art. 2º Consideram-se imóveis, em área urbana ou rural, para efeito desta Lei:

I – qualquer construção com fins residenciais, comerciais ou industriais, em qualquer estágio da obra;

II – o solo livre de construções ou com qualquer benfeitoria.

Art. 3º Consideram-se veículos automotores, para efeito desta Lei, os definidos e classificados no art. 96 da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 4º O descumprimento do previsto nesta Lei, sujeita o responsável pelo anúncio às sanções previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma dos seus art. 57 a 60.

§ 1º Entende-se por responsável, para efeito deste artigo, todo fornecedor, anunciante ou agente do veículo de comunicação utilizado para publicidade dos bens para locação ou colocados à venda.

§ 2º É responsabilidade das pessoas mencionadas no § 1º a ação de seus prepostos que desrespeite o disposto nesta Lei.

Art. 5º A pena de multa é aplicada mediante procedimento administrativo instaurado pelo órgão de proteção ao consumidor – PROCON.

Parágrafo único. Os valores apurados são revertidos ao Procon-DF, conforme



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	54



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

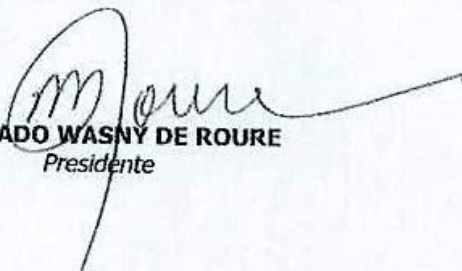


preconiza o art. 56 da Lei federal nº 8.078, de 1990.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correm à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 2013


DEPUTADO WASNY DE ROURE
Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o acordo é pela manutenção do veto. Voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	56



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 13/05/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S)

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S): 1.023/2012

AUTORIA: ROBÉRIO NEGREIROS

Poder Executivo

RELATORIA: CLÁUDIO ABRANTES

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ALÍRIO NETO	PEN	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			17			7		

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA)

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	7		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 89:

Apreciação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 1.502, de 2013, do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição no cadastro fiscal do Distrito Federal de empresas prestadoras de serviço na forma que especifica”.

Indago aos Srs. Líderes se há qualquer discordância para que esses dois vetos sejam apreciados em uma única votação. (Pausa.)

Entendo que, pelo silêncio dos Srs. Líderes, há concordância com o encaminhamento da Presidência.

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Cláudio Abrantes que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre os vetos parciais aos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	58



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1.502/2013, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal de empresas prestadoras de serviço na forma que especifica.*

~~Relator:~~ Deputado Chico Leite

RELATOR "AD HOC": DEPUTADO CLÁUDIO NEGREIROS

Pela Mensagem nº 063/2014-GAG (fls. 27), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1.502 de 2013, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal de empresas prestadoras de serviço na forma que especifica".

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fls. 22.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** aos §§ 1º e 2º do art. 1º, sob a alegação de que o prazo instituído pelos dispositivos para a inscrição no cadastro fiscal pelo contribuinte do ISS com sede em outra unidade federativa, para exercer atividade no Distrito Federal, difere do estabelecido nas atuais normas do ISS, levando a tratamento diferenciado aos contribuintes em razão da sede do prestador de serviços, o que é vedado pela Constituição Federal (art. 150, II e art. 152).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1502 / 2013
FOLHA 30 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

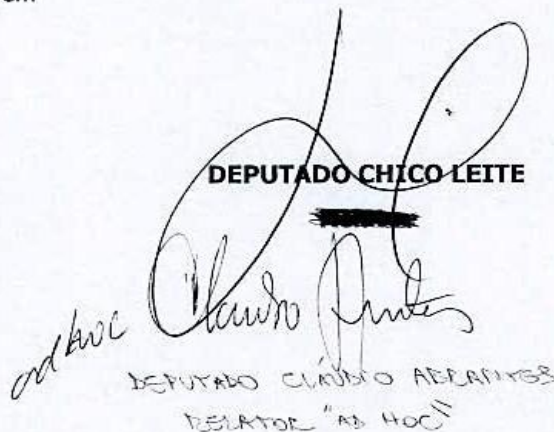
2


Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

ad hoc 
DEPUTADO CLAUDIO ADELMAN
DEPUTADOR "AD HOC"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1502/2013
FOLHA 31 RUBRICA 



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Procederemos à apreciação em conjunto do veto parcial aos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º, salvo manifestação contrária dos Srs. Líderes. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, passaremos à apreciação do veto.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o acordo é pela manutenção do veto, voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	61



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 13/05/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S)

AOS PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ART. 1º

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETOS DE LEI Nº(S):

1.502/2013

AUTORIA: ROBÉRIO NEGREIROS

Poder Executivo

RELATORIA: CLÁUDIO ABRANTES

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ALÍRIO NETO	PEN	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT	X					
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			17			7		

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA)

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	7		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos as moções e requerimentos, bem como os projetos dos Srs. Deputados, inclusive as propostas de emenda à Lei Orgânica. Eu quero dizer que os Parlamentares ausentes não terão os seus projetos encaminhados para apreciação em plenário, conforme tem sido o entendimento do Colégio de Líderes. (Pausa.)

Há acordo.

Item nº 97:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.582, de 2013, do Deputado Patrício, que “institui a Festa de Pentecostes de Sobradinho e Sobradinho II e a inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.582, de 2013, do Deputado Patrício, que “institui a Festa de Pentecostes de Sobradinho e Sobradinho II e a inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 98:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 32, de 2011, da Deputada Celina Leão, que “dispõe sobre incentivo aos atletas filiados às entidades esportivas organizadas das diversas modalidades no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 32, de 2011, da Deputada Celina Leão, que “dispõe sobre incentivo aos atletas filiados às entidades esportivas organizadas das diversas modalidades no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 100:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 33, de 2011, da Deputada Celina Leão, que “institui o Plano Distrital de Juventude denominado pacto pela nova política distrital da juventude, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 33, de 2011, da Deputada Celina Leão, que “institui o Plano Distrital de Juventude denominado pacto pela nova política distrital da juventude, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 101:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 502, de 2011, do Deputado Olair Francisco, que “proíbe a cobrança de mais uma taxa de matrícula anual para estudantes da rede privada de ensino superior do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 502, de 2011, do Deputado Olair Francisco, que “proíbe a cobrança de mais uma taxa de matrícula anual para estudantes da rede privada de ensino superior do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a assessoria do Deputado Joe Valle lembrou que nós pulamos o item nº 99. O Deputado está na abertura oficial representando, inclusive, a Câmara Legislativa. Portanto, eu gostaria de pedir que votássemos o item nº 99.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – V.Exa. está repleta de razão, e eu peço desculpas.

Item nº 99:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.298, de 2012, do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a organização de sistemas de coleta seletiva nos grandes geradores de resíduos sólidos do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.298, de 2012, do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a organização de sistemas de coleta seletiva nos grandes geradores de resíduos sólidos do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, os itens nºs 94 e 95 são de minha autoria. Se depois V.Exa. puder voltar a eles, eu agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Com certeza, Deputada. Nós encerraremos a votação desses itens e, antes do encerramento, voltaremos à apreciação dos itens solicitados por V.Exa.

Item nº 102:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.418, de 2013, de autoria do Deputado Patrício, que “dispõe sobre a garantia de atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com altas habilidades ou superdotados no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.418, de 2013, de autoria do Deputado Patrício, que “dispõe sobre a garantia de atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais identificados com altas habilidades ou superdotados no âmbito da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria muito de ficar, mas, como eu disse, tenho uma consulta agora às 17h30min e receio que não dê tempo de voltar. De qualquer forma, acho que já há *quorum*. Gostaria muito de ficar para a apreciação do projeto, queria muito.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, em respeito a V.Exa., e desde que haja concordância dos Deputados, votarei o projeto para que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

V.Exa., pelo menos no primeiro turno, possa estar presente. (Palmas.)

Apenas indago aos Srs. Deputados se há concordância, até em consideração à Deputada Liliane Roriz, que esteve aqui desde o início e tem uma consulta médica, para apreciarmos o item extrapauta nº 4. Há acordo? (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, solicito a leitura do item extrapauta nº 4.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.851, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação da Carreira Socioeducativa no quadro de pessoal do Distrito Federal, e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. quer fazer alguma ponderação?

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs., eu gostaria, em função de todas as polêmicas que este projeto tem ensejado, de dar algumas informações aqui a todos os Deputados.

Desde que o Projeto nº 1.851 chegou a esta Casa, a Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Wasny promoveram uma audiência pública, e a expectativa de ambos era a de que naquela audiência pública fossem trazidas todas as emendas das categorias que pudessem ter emendas a este projeto. Isso não aconteceu. Naquele momento, foi registrado inclusive o protesto de vários Parlamentares que diziam que o Projeto nº 1.851 contemplava apenas um lado da história, não contemplava todos. Por isso, tocava-se para frente, tinha-se dificuldade, no momento seguinte, de promover a votação do referido projeto.

Chegamos a um impasse. Quando os servidores abrangidos pela Carreira Socioeducativa ocuparam esta Casa por duas vezes, houve vários impasses. Finalmente, na última semana, nós tomamos a decisão de tentar encontrar uma maneira de viabilizar esse debate. É preciso registrar também que, nesse intermédio, a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou ao Governador Agnelo Queiroz o pedido para que o projeto fosse retirado da pauta, para que pudéssemos aprofundar a discussão com as duas carreiras. O Governador não atendeu a bancada, tocou o projeto para frente e, finalmente, então, na última semana, nós tomamos a decisão, no Colégio de Líderes, de tentarmos encontrar uma forma de fazer esse debate avançar.

E a forma que conseguimos realizar foi uma reunião que eu fiz, como Líder de Governo, com o Secretário de Administração, Sr. Wilmar Lacerda. Nessa reunião, pedimos ao Secretário que fizessemos um substitutivo, incorporando ao texto da lei todas as emendas que vários Parlamentares – em particular a Deputada Eliana



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

Pedrosa, eu, a Deputada Celina Leão e o Deputado Wellington Luiz – tínhamos feito ao projeto e, conseqüentemente, foi acatada essa sugestão e veio um texto de acordo que, finalmente, foi assumido pela Comissão de Assuntos Sociais como o substitutivo que será submetido à votação no dia de hoje.

Ao mesmo tempo, nós procuramos, para não ficarem de fora as solicitações da carreira de Assistência, nós construímos com o Secretário Wilmar Lacerda e o Secretário Osvaldo Russo um projeto de lei que está também hoje submetido à apreciação desta Casa, que é o Projeto de Lei nº 1.901, de 2014. Esse projeto de lei, é bom que se diga e eu vou dizer com todas as letras aqui, não tem acordo do sindicato que representa a categoria da Assistência Social; não tem acordo, e não tem porque nenhum projeto teria acordo, pois a tese defendida pelo sindicato e pelos servidores é de que não devemos aprovar a carreira Sinase.

Então, eu tive o cuidado de levar ao debate todos os pontos reivindicados pelo Sindicato. Daí, houve acordo em 99%, exceto em um ponto. Qual é o ponto em que não há acordo? É preciso que todos entendam, a carreira Socioeducativa está se apresentando com 4 categorias: Especialista, Técnico, Assistente e ATRS, que é a carreira que cuida diretamente da segurança e do acompanhamento dos meninos e das meninas que estão cumprindo medidas socioeducativas.

A carreira de Assistência tem 3 categorias: Especialista, Técnico e Assistente. A reivindicação da equipe técnica é de, pelo menos, haja a mesma condição que foi colocada para a carreira Socioeducativa, que é permitir que os técnicos ascendam a nível superior. Não há acordo; não há acordo por parte da SEAP como não há acordo por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social. Por conta disso, o projeto foi construído com os itens em que houve acordo.

Agora, Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure, eu preciso alertar a todos que não é possível votarmos o projeto sem o outro, porque um dos cuidados que, particularmente, eu tive – como ex-gestora da Sedest eu tinha a obrigação de fazer isso, de criar as condições para que a carreira da Assistência Social fosse valorizada –, eu tive o cuidado de retirar do projeto da Sinase todas as referências à carreira de Assistência para que essas referências fossem colocadas no Projeto de Lei nº 1.901, de 2014. Portanto, ou se acopla os dois ou, então, vamos ter que emendar a carreira Sinase.

Então, até aqui, no que diz respeito ao número de servidores, o art. 1º do Projeto de Lei nº 1.901 corrige o art. 2º e fala o número de cargos de especialistas, de técnicos e de auxiliares. Se aprovarmos o outro sem aprovarmos esse aqui, nós ficaremos com um buraco negro. Não é possível fazer isso. Então, nós temos que aprovar os dois.

Eu sei que não há acordo, mas sei que uma das maiores reivindicações da carreira de assistência é a criação do comitê gestor que está contemplado no projeto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

que estamos apresentando. Está, sim, aceito. Eu tive muita dificuldade de convencer todos a aceitarem essa tese. Aceitaram.

Ao lado disso, fiz questão de negociar três itens a mais, que não estão aí e não podem estar em função do período pré-eleitoral. O primeiro, que será contemplado efetivamente, é a realização de concurso público para a carreira de assistência neste semestre.

O segundo item acordado é que a Sedest vai encaminhar o projeto de lei que atualiza a lei do SUAS, que foi inicialmente aprovada aqui, proposta da Deputada Eliana Pedrosa, mas que está desatualizada em função da lei federal que foi aprovada. Então, a Sedest vai atualizar o projeto do SUAS e, a partir da aprovação desse projeto – que pode ser em qualquer momento, inclusive durante o período eleitoral –, a partir do comitê gestor e a partir desse projeto, será elaborado um novo plano de carreira para a Secretaria de Assistência Social, para a carreira de assistência social. Foram esses os acordos feitos.

Eu pediria que os dois fossem votados. No momento que todos se pronunciarem a favor, nós votaremos os dois. Se houver desacordo, será preciso emendar o projeto Sinase, antes que ele seja votado, para que não fique nenhum buraco negro na lei que será aprovada.

Era o que eu queria expor a todos os parlamentares antes da votação. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Esta Presidência fará o seguinte encaminhamento: apreciaremos o Projeto de Lei nº 1.851 e depois o Projeto de Lei nº 1.901, nos termos da negociação ora explicitada pela Líder de Governo, Deputada Arlete Sampaio. (Palmas.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em decorrência do *quorum* elevado, faço um apelo a V.Exa. para inversão da pauta e votação da PELO nº 57 como item nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Agaciel Maia, eu entendo V.Exa. Peço a compreensão dos deputados, pois esta Presidência pretende encaminhar da seguinte forma: votados esses dois projetos, em seguida passaremos à apreciação das PELOs.

A Deputada Eliana Pedrosa já pediu, e as duas PELOs de S.Exa. estão na Ordem do Dia. A Deputada Celina Leão pediu de igual modo. E também existe a PELO nº 57, de 2013, que encaminharemos em seguida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

Tendo em vista a solicitação anterior da Deputada Liliane Roriz, esta Presidência acolhe o referido pedido em função da necessidade de saúde da nobre colega Deputada. (Palmas.) Eu peço a consideração dos Deputados, pois a Deputada Liliane Roriz, em todas as condições, esteve presente durante toda a sessão e, portanto, é um mínimo de reconhecimento que esta Presidência faz a uma colega deputada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por uma questão de lealdade à Líder do Governo, minha companheira, Deputada Arlete Sampaio, e na presença de todos os deputados que estão aqui, eu devo dizer que o Projeto de Lei nº 1.851 – para que depois ninguém venha dizer que não foi avisado – fere a Lei nº 101, de 2000, nos seus arts. 15 e 16-A. Eu distribuí um estudo produzido pelo meu gabinete, por uma assessora altamente qualificada desta Casa, a Jane, que demonstra exatamente isso. Portanto, tendo em vista essa situação, quero liberar a bancada do Partido dos Trabalhadores para votar de acordo com a consciência de cada um, mas devo dizer, olhando a galeria, que eu, Deputado Chico Vigilante, voto contra esse projeto!

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Nós precisamos entender o que é uma questão de ordem. Outro dia o Deputado Alírio Neto nos chamou a atenção de que não se utiliza o princípio do debate para a questão de ordem. Eu espero que os colegas procurem nos ajudar no transcorrer da sessão, uma sessão bastante difícil.

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas apresentadas na CCJ e o substitutivo aprovado pela CAS.

A Deputada Liliane Roriz esgotou seu prazo, em função da consulta. Obrigado, Deputada Liliane Roriz, pela sua disposição.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.851, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação da carreira socioeducativa no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da comissão, visto o acordo proposto pela Liderança e por diversos membros, o parecer é pela admissibilidade e aprovação do projeto de lei, na forma do substitutivo, isto é, da Emenda nº 27, bem como rejeição e inadmissibilidade das Emendas nºs 1 a 26, 28 e 29, conforme os termos da CAS.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 1 abstenção.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.851, de 2014, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais.

O parecer é pelo acatamento do substitutivo aprovado na CAS.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Chico vigilante.

Deputado Rôney Nemer, a Assessoria solicita a V.Exa. que corrija o parecer para que este parecer seja ao substitutivo e às emendas. Naturalmente, o parecer foi ao projeto na forma do substitutivo, mas as emendas necessitam de parecer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – O parecer da CEOF, Sr. Presidente, é pelo acatamento do projeto na forma do substitutivo apresentado pela CAS com as emendas apresentadas.

Não há emendas ao substitutivo. O substitutivo eliminou as emendas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esclareço que depois da produção do substitutivo, outras emendas foram apresentadas, mas foram rejeitadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Digo isso para que se corrija o parecer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, vou retificar o parecer da CEOF.

A CEOF aprova o substitutivo apresentado na Comissão de Assuntos Sociais, bem como endossa o substitutivo aprovado na CCJ com a rejeição das emendas apresentadas.

(Pausa.)

Eu vou resumir, Sr. Presidente.

A CEOF aprova o projeto na forma do substitutivo e segue o voto da CCJ. Da forma como foi aprovado na CCJ, foi acatado e aprovado na CEOF.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – V.Exa. está rejeitando todas as emendas.

Resolvido.

O parecer sobre o projeto e as emendas está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Chico Vigilante.

Esse é o resultado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.851, de 2014, em primeiro turno.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha fala será breve.

Todos aqui neste plenário, Deputado Alírio Neto, estão lembrados da época da votação do projeto do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Naquela época, havia conselheiros do Tribunal de Contas aqui dentro e eu fui o único Deputado que me manifestei contra, além da Deputada Arlete Sampaio. Portanto, fomos dois. Depois nós vimos o resultado. O projeto caiu por inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Eu não sou profeta, muito menos profeta do Apocalipse, mas se há algo que me marca é a coragem de falar as coisas com a mais absoluta transparência. Eu devo dizer e alertar a esta Casa, com o maior respeito por cada um que vai votar, que este projeto não prosperará como lei no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Ele cairá por vício de inconstitucionalidade, e alertamos o governo. Dissemos que ele era mal feito, que não cumpria as regras estabelecidas, que estava criando gratificação, sim; senão, não teria toda essa disputa. Ele não está elaborado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

conforme manda a Lei nº 101, que trata das gratificações. Inclusive, devo dizer ao sindicato que, se desejar, pode usar o que estou falando aqui para formalizar a ação no Tribunal. Está liberado, pois o que estou falando é público. Portanto, eu votarei contra. A minha pessoa vota contra, a bancada está livre, mas digo que o projeto vai cair.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Patrício.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero me colocar com muita tranquilidade, Deputada Arlete Sampaio. V.Exa. é Líder de Governo e sabe que este projeto tramita na Casa por aproximadamente 40 dias. Foram várias reuniões técnicas e os secretários de todas as pastas envolvidas foram chamados a esta Casa para que pudessem chegar a um acordo para a votação do projeto.

A Deputada Arlete Sampaio, a Deputada Eliana Pedrosa e outros parlamentares fizeram o maior esforço para que ele fosse votado. Eu conversei pessoalmente, Deputado Chico Vigilante, com o Governador Agnelo Queiroz e com o Secretário Wilmar Lacerda. O Willemann, Secretário de Relações Institucionais, estava presente, assim como o Deputado Cristiano Araújo quando o Secretário Wilmar Lacerda, Deputado Wasny de Roure, queria que o projeto fosse votado na última quarta-feira, dia 30 de abril. O Governador, inclusive, colocou a possibilidade de mobilização da Base, e eu falei a S.Exa. que o projeto não iria ser votado na quarta-feira, como não foi votado durante toda a tramitação, porque eu não era o único Deputado que estava contra a votação do projeto.

O Secretário de Administração Wilmar Lacerda, por mais respeito que eu tenha por ele – é do meu partido, é formado em administração –, criou uma divisão, um racha, entre categorias dentro do Distrito Federal. Eu cheguei a dizer ao secretário que não seríamos enquadrados. Já disse isso à Deputada Arlete Sampaio – o Deputado Chico Vigilante estava de testemunha – no dia da convocação dos 170 auditores de trânsito do Distrito Federal. Falei para o governador, e o Secretário Wilmar Lacerda estava lá. Talvez V.Exa., Deputado Wasny de Roure, não saiba disso, mas quando o secretário disse que chamaria a Executiva do Partido dos Trabalhadores para nos enquadrar para votarmos o projeto do jeito que estava, eu disse a ele, na frente do Deputado Chico Vigilante e dos demais secretários que estavam lá – e de novo o Deputado Cristiano Araújo estava presente – que a bancada do Partido dos Trabalhadores não seria enquadrada pela Executiva do Partido dos Trabalhadores, até porque secretário não tem voto aqui na Câmara. Secretário, se quiser votar aqui na Câmara, que se candidate a deputado e venha para cá, mas é bom respeitarem os Deputados aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

Na hora de fazerem os acordos, não conversam com os Deputados da Base ou mesmo da Oposição, não constroem acordo para unificar as categorias. Eu fui presidente desta Casa, assim como V.Exa. está sendo agora, Deputado Wasny de Roure. V.Exa. conduziu esse processo como presidente e participou de todas as reuniões, para que fosse criado um acordo.

O Willemann estava na hora em que conversamos com o governador e se tentou construir um projeto que atendesse as duas categorias, para que não houvesse racha em benefício do Estado. Os parlamentares, os governantes passam, mas os servidores ficam. O Estado é do povo, da população.

Eu pedi ao Deputado Chico Vigilante que liberasse a bancada, porque é importante que aqui o Deputado vote de acordo com sua consciência e não por pressão de secretário ou do próprio governador, e isso não significa ir contra o governador ou contra o governo, é uma questão de consciência, Deputada Arlete Sampaio. V.Exa. sabe – discutimos, inclusive, hoje pela manhã – das divergências que temos ainda. Por isso, o sindicato, a categoria não aceitou o acordo que foi feito.

Eu não tenho nenhum problema em vir à tribuna, Deputado Wasny de Roure, e colocar minha posição e a minha opinião, porque eu fui eleito pela sociedade, já enfrentei muito debate aqui e fui para o sacrifício com a minha categoria para defender um projeto de governo para melhorar a vida do Estado, do servidor e da sociedade. Não tenho problema em vir aqui e colocar o meu posicionamento.

Por isso, o meu voto é contra, seguindo a orientação da minha consciência e não a de secretário. Se o secretário quiser votar, que se candidate e venha declarar o seu voto aqui. Enquanto não for Deputado, não vota nesse plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Patrício.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria, na verdade, temos aqui historicamente uma desconstrução do movimento sindical. Pela primeira vez, eu vejo isso.

Eu vim do movimento sindical. Vemos uma categoria extremamente dividida. Nós temos todos os níveis de categoria. Nós temos os papiloscopistas, os peritos, os agentes de polícia, escrivães, delegados de polícia e assim sucessivamente. Por muito tempo, enquanto fiz a minha carreira política no movimento sindical, eu sempre fui contra qualquer tipo de divisão. Até quando a categoria teve a divisão e o delegado de polícia saiu, eu, que já era delegado de polícia, posicionei-me totalmente contra. Eu acho que isso enfraquece o trabalhador. Num primeiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

momento, pode parecer que isso traga ganhos, mas uma carreira de servidor público com políticas públicas responsáveis é, no mínimo, de médio a longo prazo.

Eu tenho a minha consciência tranquila para me posicionar aqui hoje, porque eu já disse aqui algumas vezes que eu faço política há alguns anos. Eu não perdi algumas características minhas como cidadão, porque a política é o grande espetáculo. Muitas vezes, somos obrigados a atuar fazendo representação, mas eu ainda não consegui perder a verdade. Eu sempre disse aos colegas ATRS que esse projeto, na minha visão, é ilegal, inconstitucional. Eu não tenho a menor dúvida disso. A questão da legalidade é algo que temos que trabalhar com consciência e deixar bem claro aos trabalhadores, porque aquilo que pode momentaneamente se mostrar como uma vantagem, no futuro, pode se transformar em um grande prejuízo. Eu quero deixar bem claro que a responsabilidade política de exercer um mandato é, muitas vezes, exercida, de alguma forma, condicionada à opinião pública momentânea. Quando você está com a verdade, você pode até se desgastar por alguns momentos, mas a verdade tem um lastro tão forte que ela te traz de novo para cima. Eu gosto muito dos companheiros que estão no socioeducativo. Eles sabem disso. Lutei muito por essa categoria, para que ocorresse o concurso, mas eu não posso deixar, de alguma forma, violentar a minha consciência com a verdade. Esse projeto é, sem dúvida nenhuma, um grande estrago para toda a categoria.

Acima de tudo, vamos nos encontrar muitas vezes na vida pública por aí, e eu quero continuar olhando nos olhos de todos e sendo verdadeiro como sempre fui. Eu não concordo com essa proposta, porque acho que ela divide a categoria e traz prejuízo para a profissão e para políticas públicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Alírio Neto.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estava no Ministério do Desenvolvimento Social quando se discutiu o projeto nacional Sinase e eu representei o MDS no grupo de trabalho que elaborou o projeto. Tivemos muitas polêmicas, muitas disputas, porque historicamente as medidas socioeducativas eram acompanhadas nas secretarias de assistência social. Hoje é que isso está se diferenciando. Eu fui coerente desde o começo, quando eu disse aqui, na audiência pública, que esta carreira, da forma como veio o projeto de lei, foi construída de maneira unilateral. Só que os trabalhadores da socioeducativa não têm culpa disso. A responsabilidade é dos gestores que encaminharam o projeto para a Casa. Nós não podemos ignorar o fato de que hoje nós temos uma carreira que vem batalhando a construção desse projeto e, do outro lado, a carreira da assistência social, que está parada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

Há quase cinquenta dias, os servidores da Sedest estão parados, sem assistirem às pessoas que precisam de assistência. E qual é a reivindicação dessa greve? É simplesmente “não” ao projeto Sinase.

Então, eu, como já fui gestora da área de assistência, procurei dar a minha contribuição para que buscássemos uma saída. E a saída foi a construção do substitutivo, que eu, por coerência, porque fui eu que fui lá propor ao Wilmar e encaminhar as emendas, assinei junto. Logo, eu estou comprometida com esse projeto hoje, porque eu assinei o projeto do substitutivo. Da mesma forma, sou comprometida com o outro projeto, porque ajudei a elaborá-lo, justamente para...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Não querem hoje, mas amanhã vocês darão reconhecimento ao papel que eu estou desempenhando.

Então, eu tenho certeza de que essa é a melhor saída hoje, sobretudo para a sociedade, que precisa ter acompanhamento nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, nos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e nos COSE – Centro de Convivência, que estão parados, e também para aqueles que querem efetivamente construir não a carreira, mas o sistema socioeducativo no Distrito Federal.

O erro original do Governo foi não discutir a criação do sistema em primeiro lugar, para depois criar a carreira. Esse foi o erro original, mas o erro está feito. Aí, tudo o que aqui foi dito que tem problema, isso vai ser mostrado, isso aí não é da minha responsabilidade.

Eu quero dar essas explicações a todos. Eu sei que estou desagradando meus queridos amigos da assistência, mas essa é a posição que sinceramente eu devo expressar aqui hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir permissão ao plenário para fazer a discussão daqui da mesa.

O Deputado Patrício fez uma exposição, como o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Arlete Sampaio. O nosso problema é o erro de origem. O que acontece? As pessoas que estudaram ou que estudam Administração sabem que existe uma metodologia para se fazer um plano de carreira. Ela leva em conta o risco, leva em conta a carga horária, leva em conta a instrução. Ela tem uma equação, chega a um determinado número de pontos e, por meio desses pontos, estabelece a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

remuneração. Mas, no GDF, não. O GDF não tem metodologia de plano de carreira. É pela influência política que a categoria tem.

Então, o retrato dessa divisão hoje é exatamente isto: não existe uma explicação lógica para se exigir nível superior de determinada categoria e a outra não aceitar essa exigência. Agora, eu quero dizer que, se tivesse sido feito um plano de carreira de acordo com o que manda o ensinamento científico, nós não estaríamos tendo essa divisão. Mas eu quero dizer também que eu sou coerente com minha posição.

Eu sou servidor público. Eu conheço um pouquinho de plano de carreira, porque fizemos vários planos de carreira no Senado. Eu sou coerente com minha posição porque – eu assumi esse compromisso como servidor público – qualquer projeto que for levado a votação que venha a beneficiar qualquer carreira no serviço público, eu vou votar a favor dele. Como também votarei favoravelmente se vocês conseguirem as reivindicações de vocês.

Então, eu faço um apelo, principalmente aos Deputados do PT, para que, por meio da Secretaria de Administração Pública – o próprio nome diz –, siga pelo menos o procedimento científico de elaboração de planos de carreira, para que não se exponham todos os colegas Deputados aqui.

Quero dizer à categoria que qualquer projeto de benefício a qualquer carreira do serviço público que seja submetido à votação aqui, mesmo que eu reconheça erros nele, votarei favoravelmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão. Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gosto da política porque ela é muito dinâmica.

Ouvir os discursos aqui, hoje, de alguns Parlamentares, dá-me a lembrança de algumas carreiras que saíram daqui derrotadas, inclusive com o voto de alguns Parlamentares que estão aqui.

Quero lembrar aqui que esta Casa votou contrariamente à vontade dos enfermeiros. Quero lembrar aqui que esta Casa derrotou auditores e dividiu uma secretaria. Quero fazer algumas lembranças históricas, porque, em determinados momentos, acho que a democracia tem de prevalecer. O Processo aqui é democrático. Cada Parlamentar aqui vai votar de acordo com a sua consciência.

Acho, sim, que o projeto foi mal construído, porque não ouviu todas as partes envolvidas. Mas acho muito fraco o argumento de não se querer criar uma carreira. O argumento para não criar uma carreira é pequeno e simplório. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	79

argumento deve estar embasado no atendimento, sim, diário às crianças e aos adolescentes, que precisam de uma carreira específica.

Quero ressaltar também a importância da Deputada Arlete Sampaio nessa articulação. S.Exa. conseguiu contribuir, e muito, para que o projeto fosse melhorado e para que fosse encaminhado a esta Casa um projeto que tentasse, pelo menos, diminuir as injustiças. V.Exa. está de parabéns, Deputada Arlete Sampaio, porque tentou, de várias formas, diminuir as injustiças.

Quero dizer que, de acordo com a minha consciência – porque não preciso votar com este Governo –, vou votar favoravelmente à carreira SINASE. Acho que o argumento para não se criar uma carreira é muito frágil. Porém, falei com o Cássio na entrada do plenário, Deputado Wasny de Roure, que, se os assistentes sociais não querem que votemos... Não tenho compromisso com este Governo.

Posso também – o meu voto é democrático, é livre – votar contrariamente à carreira de vocês e contrariamente à dos demais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço vênia à Deputada Celina Leão. S.Exa. é uma Deputada que respeito muito, é uma Deputada que realmente faz a diferença, mas aqui nunca dividimos carreira. O que houve, no caso, foi unificação de carreira, quando votamos a questão dos tributários.

Na questão dos enfermeiros, fui um dos que votou a favor e, se não tivesse votado, os enfermeiros teriam caído na mesma panaceia em que caiu a Polícia Federal.

Esse negócio de calça de veludo ou pegar calça de pano... Pego a calça de pano para, depois, pegar a de veludo. Por isso, fui a favor da votação para os enfermeiros. Se eles não tivessem pegado nem aquela migalha, não teriam nada.

Então, peço desculpas a V.Exa., Deputada Celina Leão, mas quero dizer que nós, aqui, unificamos a carreira. O meu voto, eu vou dizer: vou votar a favor. Mas que fique bem claro: está-se dividindo a carreira, e precisamos fazer justiça com a outra categoria. Aqui, agora, não se trata mais de divisão de carreira, mas de ajudar a outra categoria, que ficou para trás.

É essa a situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Dr. Michel, esta Presidência tem sido bastante condescendente... O princípio da questão de ordem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	80

não pode ser utilizado, porque há uma ordem de inscrição. Espero que evitemos a repetição, que prejudica os colegas que se inscreveram.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que a assembleia da categoria dos enfermeiros, no início do ano, reuniu-se e votou pela correção de se ter aprovado aquele projeto de lei naquela noite. A maioria da categoria aprovou *a posteriori*, porque reconheceu o esforço da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Colegas, há uma Deputada inscrita e V.Exa. acabou de falar. Depois, eu posso lhe dar a oportunidade de falar, senão vamos arrumar um pretexto para preterir a argumentação de uma colega Parlamentar.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, não tenho nenhuma dificuldade em escutar a Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Eliana Pedrosa, então, eu assumo o ônus. Com a palavra V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Prezados colegas e todos vocês, servidores do Distrito Federal, servidores com a missão de realmente implementar as políticas públicas tão necessárias ao nosso povo, há cerca de quarenta dias, desde a entrada desse projeto nesta Casa, tem havido uma dedicação não apenas de Parlamentares, mas também dos representantes de vocês, escolhidos, no caso da carreira de assistência, com um sindicato constituído e, no caso de vocês, com sindicato que está em fase de regularização.

Esses representantes fizeram um trabalho realmente primoroso aqui na Câmara Legislativa. Levaram aos Parlamentares as suas questões com muita eficiência, colocando *pari passu* as demandas das categorias. Fizemos esse trabalho.

Hoje, é importante que a carreira de assistência entenda que não vai haver caminho de volta Se admitirmos isso, até o final do ano, teremos essa divisão e essa lacuna no oferecimento, na oferta de um serviço de qualidade.

O que estamos aqui, hoje, buscando, por meio de um substitutivo, é que realmente a maior parte daquilo que foi solicitado pela carreira de assistência seja incorporado ao projeto. Alguns itens não foram possíveis. Por quê?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	81

Quero destacar aqui o esforço da Deputada Arlete Sampaio, que foi Secretária, assim como eu, da Secretaria de Desenvolvimento Social. Mais do que qualquer outro Parlamentar aqui, eu e a Deputada Arlete Sampaio, queremos fazer o melhor para a carreira de assistência, porque vivenciamos tudo aquilo que vocês vivem no dia a dia.

Uma coisa que – acredito – não foi bem construída e que deveria ainda, se possível, entre o primeiro e o segundo turno, ser reavaliada, é a seguinte: a carreira do Sinase, inicialmente de ensino médio, vai ter a perspectiva do nível superior e, dentro da carreira de assistência, não estamos dando a mesma oportunidade.

Essa é uma questão que vale a pena ser pensada. Ainda há tempo. Vota-se o primeiro turno e, entre o primeiro e segundo o turno, podemos construir essa alternativa. Da mesma forma que queremos uma lógica dentro desse processo, não é certo uma coisa valer para um grupo e não valer para o outro. Ainda podemos nos esforçar para buscar um caminho que corrija essa diferença que houve na origem, entre um projeto e aquilo que está proposto no substitutivo.

E como disse o Deputado Dr. Michel, daqui pra frente, todos nós temos que ficar alinhados com a Deputada Arlete Sampaio, na busca daquele compromisso que foi feito pelos secretários, pelo governo, o que vai ser possível apenas após o período eleitoral.

Eu conheço a Deputada Arlete Sampaio há muitos anos. Antes de me candidatar a esta Casa, eu era eleitora da Deputada Arlete Sampaio. Em todos os momentos da sua trajetória como Parlamentar, como política, eu nunca percebi um desvio sequer da Deputada Arlete Sampaio na luta pelos trabalhadores por melhores direitos. Depois, ela esteve no Ministério do Desenvolvimento Social, na busca para que verdadeiramente o SUAS – Sistema Único de Assistência Social – fosse implantado e os trabalhadores do SUAS fossem reconhecidos como uma categoria que não poderia ficar em um patamar inferior a nenhuma delas.

Dentro desse contexto, eu quero que vocês façam uma avaliação. Como foi com outras categorias aqui, não se está impondo derrota a ninguém aqui. Nenhum dos Parlamentares desta Casa quer derrotar alguém. O que nós queremos é que todos os senhores possam ter uma evolução de qualidade no trabalho, uma evolução de melhoria de remuneração e que vocês tenham todas as condições de fazer o seu trabalho com a qualidade e com o respeito que o cidadão brasileiro, que paga impostos altíssimos, tem direito.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, até porque eu fui citada pelo Deputado Dr. Michel, eu acho que sentimento é uma coisa que tem que ser levada em conta.

Esses dois projetos que eu citei. Se ele tem o entendimento, o sentimento de que unificou a carreira, eu tenho um entendimento contrário, porque hoje metade dessa galeria vai sair daqui com esse sentimento. E no dia da votação, Sr. Presidente, do projeto dos enfermeiros, na avaliação política de “se conseguir um pouquinho é melhor do que nada”, aqueles trabalhadores que estavam aqui não tinham essa visão, eles não queriam migalhas, eles queriam um plano decente e não conseguiram porque foram traídos pela própria presidente do sindicato, que inclusive está sofrendo um processo na Justiça para ser trocada a presidência do sindicato por práticas antisindicalistas.

Quando eu coloquei que eu iria votar a favor de um projeto e contrário a outro, foi a pedido do próprio Cássio, respeitando a liderança sindical dele e do grupo que está ali, porque o grupo não se sente contemplado pelo projeto.

Então é importante colocar, sim, que aconteceu; tem sentimento, sim, nisso. Agora, é democrático. Se o Parlamentar acha que vai ajudar, vote favorável; se o Parlamentar acha que vai atrapalhar, vote contrário. Agora, falar que não houve derrotas, houve, porque era um sindicato que poderia ter se posicionado e hoje ter tido um aumento respeitável e não essa migalha que o governo deu.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quero falar desse assunto, eu só queria fazer uma justificativa. Hoje faz três anos que minha mãe faleceu. Às 19h, eu tenho uma missa e eu só vou ficar aqui até quinze para as sete. Se puder votar logo, eu acho que a gente podia agilizar o processo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha fala é exatamente nesse sentido. A melhor forma de manifestar o nosso entendimento é através do voto. Então, era importante que a gente votasse.

Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	83

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu aproveito para coadunar com o Líder, Deputado Wellington Luiz. Vamos votar e resolver logo isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Retomamos a votação do item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.851, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação da carreira socioeducativa no Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que o processo de votação seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	84



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data:13/05/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER: ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

COMISSÕES: CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CSEG CESC

CDESCMAT MESA DIRETORA COMISSÃO ESPECIAL CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S): 1.851/2014

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):

REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: FAVORÁVEL CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBS	DV
AGACIEL MAIA	PTC	X					
ALÍRIO NETO	PEN		X				
ARLETE SAMPAIO	PT	X					
AYLTON GOMES	PR			X			
BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
CELINA LEÃO	PDT	X					
CHICO LEITE	PT			X			
CHICO VIGILANTE	PT		X				
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
DR. MICHEL	PP	X					
ELIANA PEDROSA	PPS	X					
EVANDRO GARLA	PRB	X					
JOE VALLE	PDT			X			
LÍLIANE RORIZ	PRTB			X			
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
PATRÍCIO	PT		X				
PAULO RORIZ	PP			X			
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV		X				
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
RÔNEY NEMER	PMDB	X					
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L		15	4	5			

Israél Batista

SECRETÁRIO DA SESSÃO

(DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA)

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8793

www.cl.df.gov.br



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 4 votos contrários. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sei se estou errado, mas não foi aclarado o voto do Deputado que estava secretariando a Mesa, o Deputado Prof. Israel Batista. O Deputado Prof. Israel Batista votou "sim" ou "não"?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Robério Negreiros, o Deputado Prof. Israel Batista votou "não".

Item extrapauta nº 5:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.901, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 5.184, de 23 de setembro de 2013, que dispõe sobre a Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências".

Aprovado o parecer favorável da CAS, ouviremos os pareceres das demais comissões.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, designo a Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.901, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 5.184, de 23 de setembro de 2013, que dispõe sobre a Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o projeto de lei não incorre em nenhuma irregularidade do ponto de vista das normas que regem o funcionamento da comissão. Assim, também aprova o projeto de lei nos termos já aprovados também pela CAS, ou seja, na sua integralidade, sem nenhuma emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	86

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só informar que no meu voto eu estou analisando não pessoas, porque estou debatendo ideias. Vou analisar a admissibilidade e, depois, no momento próprio, no primeiro turno, aí, sim...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.901, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.184, de 23 de setembro de 2013, que ‘dispõe sobre a Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências’”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vejo nenhuma afronta à Constituição Federal e à Lei Orgânica do Distrito Federal. O meu voto é pela admissibilidade ao Projeto de Lei nº 1.901, de 2014.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.901, de 2014.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.901, de 2014, que “altera a Lei nº 5.184, de 23 de setembro de 2013, que ‘dispõe sobre a Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências’”, apenas faz adequações formais, algumas necessárias, em razão dos inúmeros equívocos cometidos no Projeto de Lei nº 1.851, de 2014.

No que diz respeito ao mérito, não há qualquer disposição que venha sanar o conflito instalado entre os integrantes da carreira pública de assistência social que passarão à nova carreira socioeducativa e os que permanecerão naquela, acarretado pelo tratamento não isonômico evidente no Projeto de Lei nº 1.851, de 2014.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	87

Portanto, ele não traz nenhum benefício, ele não traz nenhum ganho; mas, como ele também não traz malefício, porque, se trouxesse, eu iria votar contra, eu vou votar a favor, até em solidariedade à minha Líder, Deputada Arlete Sampaio.

Eu vou repetir o que disse aqui no primeiro dia em que nós iniciamos a discussão, Deputado Alírio Neto. Duvido que haja aqui alguém neste plenário que defenda o Governo Agnelo mais do que eu. Duvido! Não há! Mas eu não estou disposto a apoiar, de qualquer maneira, projetos malfeitos, mal engendrados e mal elaborados, feitos por quem deveria ter tido o cuidado de não expor os Deputados da maneira que expôs. Ser Base necessita de solidariedade de quem é apoiado também. Não é expor da maneira que expuseram a gente, com um projeto que, acima de tudo – V.Exa., Deputado Alírio Neto, já disse –, é demagógico. Estão enganando os servidores que acham que vão sair daqui com o problema resolvido, e não vão, porque vai permanecer a disputa judicial.

Portanto, o conflito vai continuar instalado. E o governo tem de ter o cuidado para não criar esse tipo de coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dizer que ajudei a elaborar o projeto justamente para corrigir imperfeições, para garantir à carreira de assistência um comitê gestor, que era uma reivindicação antiga que ainda não tinha sido aprovada.

Nós sabemos que estamos em período eleitoral e nenhum projeto de lei pode nesse momento acarretar qualquer despesa adicional, porque implica em crime de responsabilidade do candidato atual Governador.

Por isso que assumi o compromisso com a SEDEST – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e com a SEAP – Secretaria de Estado de Administração Pública de que, passada a face eleitoral, nós iremos elaborar um novo projeto de plano de cargos, carreira e salários, para a carreira de assistência social.

Por isso eu voto favoravelmente. O projeto é necessário e vai no futuro mostrar o seu acerto da votação nessa tarde de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	88

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, e todos que acompanham a sessão, a Deputada Arlete Sampaio reafirma o compromisso de rever os pontos do projeto da carreira de assistência que não foram resolvidos nesse projeto que chegou à Câmara Legislativa.

É importante dizer que em 2010, quando nós votávamos várias carreiras aqui, na última hora, o então Deputado Paulo Tadeu, nas cinco últimas categorias que iriam ser votadas aqui nessa Casa, pediu que retirássemos os projetos, e um deles, inclusive, era o da carreira de assistência. Pediu que este projeto nem fosse protocolado, para dar tempo a um governo que havia ganhado as eleições de analisar os projetos e verificar se estava de acordo, se poderia melhorar esses projetos. E, naquele momento, em respeito ao governo que entrava naquela data, nós chamamos todos os presidentes de sindicatos para uma reunião, e eles concordaram com o que estava sendo proposto. Nós tiramos um documento, assinado pelos presidentes dos sindicatos e pelos Parlamentares, com o compromisso de que esse projeto chegaria à Casa em meados de fevereiro.

Fevereiro do ano seguinte, 2011, chegou, e o projeto não chegou. Chegou agosto, segundo semestre, e o projeto da carreira de assistência não chegou. Virou para 2012, e o projeto não chegou. Virou para 2013, e o projeto não chegou. E temos ainda um resto de 2014 para que esse projeto chegue.

Então, Deputada Arlete Sampaio, a nossa responsabilidade é muito grande. É uma carreira que está com essa expectativa desde 2010. Desde 2010, aguarda que possa ter um realinhamento digno com aquilo que faz no seu dia a dia pelas pessoas aqui do Distrito Federal.

Eu gostaria de deixar bem claro a importância de que esse compromisso seja cumprido tão logo acabem as eleições. Que a carreira de assistência, tão logo acabem as eleições, possa receber aquela recomposição que é merecida e esperada há muito tempo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Já estamos com problema de *quorum* para entrarmos na deliberação de propostas de emenda à Lei Orgânica. Então, solicito aos Srs. Deputados que possamos votar o item nº 1, rapidamente, para que votemos em segundo turno. Já estamos com o horário avançado. Peço a compreensão dos colegas para que possamos vencer esta pauta, já que o *quorum* caiu para que pudéssemos entrar na deliberação das propostas de emenda à Lei Orgânica.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	89

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir para que, no segundo turno, pudéssemos inverter a pauta e colocar o Projeto de Lei nº 1.851 como primeiro item.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto 1.901 ainda não foi votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Desculpe, Deputada Arlete Sampaio.

Continua em discussão o Projeto de Lei nº 1.901, de 2014. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu me abstenho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 17 Deputados. Houve 1 abstenção.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.819, de 2014, do Poder Executivo, que “institui o Conselho de Regularização das Áreas Públicas Rurais do Distrito Federal – COREG e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Foi apresentada uma emenda de plenário. As comissões deverão se manifestar sobre a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à emenda ao Projeto de Lei nº 1.819, de 2014, do Poder Executivo, que “institui o Conselho de Regularização das Áreas Públicas Rurais do Distrito Federal – COREG e dá outras providências”.

Essa emenda foi apresentada pelo Deputado Joe Valle e tem a finalidade apenas de atualizar a nomenclatura do art. 3º, e ficará: “um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal”. Então, a emenda é apenas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	90

de ratificação de nomenclatura. Por esse motivo nós a acatamos na Comissão de Assuntos Fundiários.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle à emenda ao Projeto de Lei nº 1.819, de 2014, do Poder Executivo, que “institui o Conselho de Regularização das Áreas Públicas Rurais do Distrito Federal – COREG e dá outras providências”.

Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Joe Valle: “Dê-se à alínea *a* do inciso III do art. 3º do projeto a seguinte redação: “um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal”.

O parecer da comissão é pelo acatamento, nobre Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Claudio Abrantes, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda de plenário.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.819, de 2014, do Poder Executivo, que “institui o Conselho de Regularização das Áreas Públicas Rurais do Distrito Federal – COREG e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	91

A emenda é de autoria do Deputado Joe Valle. Nosso parecer é pela admissibilidade da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.819, de 2014, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.638, de 2013, do Poder Executivo, que “dispõe sobre as fases do procedimento de licitação realizada por órgão ou entidade do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.820, de 2014, do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regularização fundiária no Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	92

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.884, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$32.009.810,00 (trinta e dois milhões, nove mil, oitocentos e dez reais)”.

A Presidência designa a Deputada Arlete Sampaio para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer da Comissão Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda de plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 1.884, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$32.009.810,00 (trinta e dois milhões, nove mil, oitocentos e dez reais)”.

O parecer da CEOF é pela aprovação e admissibilidade da emenda de plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.884, de 2014, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	93

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item extrapauta nº 07:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.885, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)”.

Foram apresentadas 12 emendas de Plenário.

A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas de Plenário.

Solicito ao Sr. Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rôney Nemer precisou sair, pois hoje é a missa da mãe de S.Exa., e eu, como Vice-Presidente, se V.Exa. me autorizar, estarei pronto àquilo que V.Exa. determinar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Dr. Michel, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, eu avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Dr. Michel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou aqui para fazer a relatoria pela CEOF.

Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.885, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, acatamos as 12 emendas de Plenário e rejeitamos a Emenda nº 78.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer sobre as emendas em plenário. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	94

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.885, de 2014. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão a Emenda nº 78, destacada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários à emenda destacada permaneçam como estão; os que forem favoráveis queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda destacada está rejeitada.

A informação da Líder do Governo é de que houve um pedido para a retirada do Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, em função de emendas.

Confere, Deputada Arlete Sampaio?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, não é exato que houve o pedido de retirada. Como é um projeto extrapauta e precisaria do parecer do Relator, Deputado Robério Negreiros, houve um acordo junto com a Deputada Eliana Pedrosa, em função de emendas que S.Exa. havia apresentado, para que possamos discutir melhor e votarmos na próxima sessão.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha fala é apenas para os Relatores do Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, Deputado Robério Negreiros e Deputado Cristiano Araújo.

Esse projeto é fundamental para o setor produtivo. Eu queria pedir a V.Exas. que o mais breve possível... Eu sei que V.Exas. são cautelosos e muito atenciosos com a matéria que ora relatam, mas essa é fundamental para o setor produtivo. E faz tempo, faz tempo que o Executivo, Deputada Eliana Pedrosa, mandou esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	95

projeto para cá – ou demorou a mandar. E nós estamos precisando, o setor produtivo está precisando que isso seja avaliado. Ou vota contrário, ou vota positivo, mas temos que deliberar sobre essa matéria.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, entendo que esse projeto já chegou há algum tempo, mas, recentemente, o Governo mudou a poligonal que se refere a essas áreas da Bacia do São Bartolomeu. Entendo que deva ser importante a sua votação.

Fiz algum questionamento e espero que a resposta tenha vindo, acredito que tenha vindo.

Eu informo ao Presidente que, da parte do PPS, a partir de amanhã, nós estaremos preparados para votá-lo, caso tenha chegado a resposta sobre essa mudança da poligonal. Não tenho a menor dificuldade em fazê-lo.

Quero lembrar que eu também estive na reunião de Líderes e perguntei à Deputada Arlete Sampaio, naquele momento, o que seria colocado em votação, e esse projeto não foi relacionado. Deve ter sido depois que eu já havia saído da reunião de Líderes.

Então, eu acho que, em respeito ao que me foi dito lá, podemos deixar para amanhã, porque nós analisaríamos inclusive as emendas de plenário, pois não conhecemos absolutamente o teor delas. E nós faríamos uma votação com muita convicção, com muita responsabilidade, podendo ajudar todos aqueles, seja setor produtivo, seja área residencial, que possam ser beneficiados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acolhe a solicitação feita pelos nobres colegas Deputados e, portanto, transferiremos a matéria para deliberação no dia de amanhã.

Eu peço a atenção dos senhores relatores, acolhendo o entendimento do Deputado Olair Francisco.

Deputado Olair Francisco, a matéria constará da pauta de amanhã. Acolho, nestes termos, a ponderação de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou no mesmo dilema que o meu amigo Deputado Olair Francisco. Vivo conclamando e conclamo mais uma vez o pessoal da CAF. O Deputado Cristiano Araújo já me disse que na quinta-feira vai voltar lá.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	96

Pessoal, nós precisamos resolver o PL nº 93. O povo de Sobradinho II não aguenta mais. O sofrimento deles é tão grande que nós não sabemos mais o que fazer. São vinte anos de sofrimento.

Ajude-me, Deputado Cristiano Araújo, e quem puder ajudar esse povo.

É o mesmo dilema que o seu, Deputado Olair Francisco.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, somente para informar que, neste momento, fizemos acordo com relação ao Projeto de Lei nº 1.701.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Qual é o acordo?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Líder de Governo, Deputada Arlete Sampaio – quero dizer de passagem que não é minha Líder, é a Líder do Governo –, me explicou as emendas por ela apresentadas.

Eu tive a oportunidade de conversar, também, com o relator da CCJ e o da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Robério Negreiros, que também me deu explicação sobre o projeto.

Atendendo a um pedido do Deputado Olair Francisco e do Deputado Cristiano Araújo, e pacificadas as dúvidas, estou apta a votar a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer aos nobres Deputados por agilizarem tão rapidamente esse item.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Item extrapauta nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Rezoneamento Ambiental e Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	97

Aprovados os pareceres favoráveis na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e na Comissão de Assuntos Fundiários, em virtude da Mensagem nº 84, de 2014, o projeto retorna à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e à Comissão de Assuntos Fundiários para parecer, devido à substituição dos mapas dos anexos I e II e quatro emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as emendas de plenário.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Rezoneamento Ambiental e Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu”.

Após análise, aprovo os novos mapas encaminhados pela Mensagem do Governador nº 84, de 2014, da data de 7 de abril de 2014. Eu gostaria de dizer aos nobres pares que foi feito um ofício ao Coordenador de Assuntos Parlamentares, e a resposta foi plausível no sentido da legalidade.

A Emenda nº 1 já foi prejudicada no relatório da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. A Emenda nº 2 acabou de ser retirada pela própria autora, a Líder do Governo. Eu a declaro prejudicada. Aprovo a Emenda Supressiva nº 3, a Emenda Supressiva nº 4 e a Emenda Aditiva nº 5.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre o projeto referente aos mapas e às emendas de plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	98

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Rezzoneamento Ambiental e Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu”.

O projeto trata da Bacia do Rio São Bartolomeu. Foi apresentado um substitutivo pelo governo, do qual fizemos os estudos. Ele preserva todas as áreas de proteção ambiental e adéqua o zoneamento. Portanto, somos favoráveis ao projeto com as emendas. Somos favoráveis à alteração promovida nos mapas, ressalvem-se os mapas, bem como somos pelo acatamento das Emendas nºs 3, 4 e 5, todas apresentadas pela liderança do governo. A Emenda nº 2 foi retirada a pedido da liderança do governo.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto e sobre as emendas está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas aprovadas na CDESCTMAT e emendas de plenário.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Rezzoneamento Ambiental e Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu”.

Tendo em vista que o tema já foi amplamente debatido, inclusive com a retirada de uma emenda na própria CDESCTMAT, acompanho a admissibilidade do que foi votado integralmente na CAF.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CCJ ao projeto e às emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	99

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que encerre a sessão e abra uma sessão extraordinária para votarmos os projetos em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado. Acolho o pedido de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no mesmo sentido, dada a complexidade das matérias que estão em pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho o pedido. O segundo turno é muito rápido. O compromisso é que votemos todos os projetos que foram votados extrapauta. Eu quero acertar exatamente, para que não peçam inversão de pauta e depois tirem o *quorum*. Eu posso até acolher, desde que haja compromisso dos senhores.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Da minha parte, Sr. Presidente, há o compromisso.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – V.Exa. já tinha acolhido, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Convoco os Deputados para sessão extraordinária, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos Projetos de Lei nºs 1.851, de 2014; 1.901, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
13 05 2014	15h45min	39ª SESSÃO ORDINÁRIA	100

2014; 1.819, de 2014; 1.638, de 2013; 1.820, de 2014; 1.884, de 2014; 1.885, de 2014; e 1.701, de 2013.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pedi a palavra só para dizer que eu não tenho condições de permanecer. Eu tenho um compromisso agora e já estou atrasada. Então, logo após a aprovação desse projeto, tenho de me ausentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Temos de garantir aqui o *quorum* de 14 colegas Deputados. Havendo concordância, esta Presidência encaminha dessa forma.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h11min.)